

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor da Secretaria Especial
de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 52ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE MAIO DE 1997.

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 109/97, de 29 de abril último, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando as informações fornecidas pela Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, em resposta ao Requerimento nº 131, de 1997, do Senador José Eduardo Dutra, a fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 1995. 09029

Nº 358/97, de 30 de abril último, do Ministro de Estado da Fazenda, em aditamento ao Aviso nº 327/97, encaminhando as informações complementares referentes ao Requerimento nº 211, de 1997, do Senador Romero Jucá. 09029

1.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1997, de autoria do Senador Valmir Campelo, que dispõe sobre a identificação e publicação do estado de conservação das rodovias federais, e dá outras providências. 09029

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, no último dia 2 do corrente, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1997 (nº 2.576/96, na Casa de origem), que dá nova redação ao inciso I do art. 22 da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria. 09030

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO – Estatísticas e previsões contidas no relatório da Organização Mundial de Saúde e da Organização Panamericana de Saúde, sobre o alastramento de diversas doenças nas nações de Terceiro Mundo, tais como as infecciosas, parasitárias, coronárias e o câncer. Apelo aos meios de comunicação visando intensificar sua participação no processo de esclarecimento das massas, quanto aos aspectos de saneamento e prevenção de doenças. 09030

SENADOR ERNANDES AMORIM – Constantes denúncias de S. Exa. de irregularidades cometidas pelo Governo de Rondônia, sem, contudo, merecer atenção das autoridades competentes. Ausência de um órgão vinculado à

Presidência da República para a fiscalização dos repasses de recursos federais aos governos estaduais. 09032

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Pecuária no Estado de Tocantins. Esforços do governo daquele Estado no combate à febre aftosa. 09035

SENADOR LAURO CAMPOS – Fracasso do neoliberalismo na Inglaterra. Papel do BNDES. Agressividade do Presidente da República contra os Poderes Judiciário e Legislativo e à CNBB. Barganhas para a aprovação da reeleição. 09036

SENADOR HUGO NAPOLEÃO – Sessão especial da Assembléia Legislativa do Piauí, a realizar-se no próximo dia 18, em comemoração aos 50 anos do exercício ininterrupto de mandato eletivo, consecutivo, do Deputado Estadual Humberto Reis da Silveira. Solicitação à Presidência no sentido da remessa de cópia de seu pronunciamento ao homenageado e de congratulações à Assembléia Legislativa piauiense pela oportunidade do evento. 09039

1.2.5 – Requerimentos

Nº 302, de 1997, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Benjamin Farah. **Aprovado**, após usar da palavra o Senador Humberto Lucena. 09044

Nº 303, de 1997, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1995, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos. 09045

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Inclusão na pauta do próximo dia 8, 5ª-feira, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1997 (nº 2.576/96, na Casa de origem), que dá nova redação ao inciso I do art. 22 da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria. 09045

1.2.7 – Discursos do expediente (continuação)

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Observações sobre entrevista do Líder do Governo nesta Casa, Sr. José Roberto Arruda, ao Jor-

nal do Brasil, sob título Governo errou nas reformas.

09046

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Homenagem de pesar pelo falecimento do educador Paulo Freire.

09047

SENADOR MAURO MIRANDA – Pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em Ribeirão Preto, dando apoio ao setor rural do País. Apelo ao governo federal para solucionar o problema das dívidas do Proagro. Ensino profissionalizante no setor rural.

09048

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Defesa de investimentos federais objetivando tornar mais competitiva a produção de gipsita, matéria prima do gesso, usado na construção civil.

09049

1.2.8 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Concretização, pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, do Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste.

09050

1.2.9 _ Comunicação da Presidência

Lembrando aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã,

às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.

09052

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 45ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 23 de abril de 1997 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.

09054

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

Nºs 1.237 a 1.260, de 1997.

09057

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 52ª Sessão Não Deliberativa em 5 de maio de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª LEGISLATURA

Presidência dos Srs. Geraldo Melo e Lauro Campos

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 109/97, de 29 de abril último, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando as informações fornecidas pela Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, em resposta ao Requerimento nº 131, de 1997, do Senador José Eduardo Dutra, a fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 1995.

As informações foram anexadas ao Projeto de Lei do Senado nº 196, de 1995, e remetidas em cópia ao requerente.

O Projeto será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Nº 358/97, de 30 de abril último, do Ministro de Estado da Fazenda, em aditamento ao Aviso nº 327/97, encaminhando as informações complementares referentes ao Requerimento nº 211, de 1997, do Senador Romero Jucá.

As informações complementares foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – expediente lido vai à publicação.

Sobre a Mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 77, DE 1997

Dispõe sobre a identificação e publicação do estado de conservação das rodovias federais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As rodovias federais serão objeto de levantamentos estudos e pesquisas, a serem realizados, semestralmente, pelo órgão administrativo competente, de modo a constituir um cadastro da malha rodoviária federal, mediante o qual as rodovias possam ser classificadas em estados de conservação que abranjam, no mínimo, os níveis excelente, bom, regular e péssimo.

Parágrafo único. O resultado dos levantamentos e dos estudos e pesquisas mencionados neste artigo, bem como a classificação das rodovias serão publicados no **Diário Oficial da União**, até quinze dias após sua realização.

Art. 2º A reclassificação de uma rodovia, para um estado de conservação superior aquele identificado no cadastro realizado no período anterior, somente poderá ocorrer depois da realização dos serviços específicos de sua recuperação.

Art. 3º A execução dos levantamentos e os estudos e pesquisas mencionados no art. 1º deverão ser iniciados no prazo máximo de cento e oitenta dias do início da vigência desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Este projeto de lei tem por objetivo determinar que o órgão administrativo competente para cuidar da manutenção das rodovias federais realize, semestralmente, levantamentos, estudos e pesquisas que permitam a elaboração de um cadastro do estado de conservação das rodovias sob sua jurisdição.

Deve ser ressaltado que o DNER, rotineiramente, já dispõe de informações e meios técnicos capazes de construir esse cadastro e, portanto, não lhe será difícil institucionalizar a sua realização se-

mestral, desta vez, porém, amparado em uma base legal mais consistente.

O estado de conservação das rodovias federais vem sendo gradativamente deteriorado, em função da indisponibilidade dos recursos necessários e suficientes para a adequada manutenção do patrimônio rodoviário. Em consequência, tem acontecidos, inúmeros acidentes, grande parte deles lamentavelmente, com vítimas fatais.

A *priori*, o referido cadastro ficará disponível para qualquer Cidadão e poderá, inclusive, contribuir para a redução do número de acidentes nas rodovias federais, na medida em que, sendo conhecido antecipadamente o seu estado de conservação, será possível a adoção de medidas acauteladoras, tanto por parte do usuário, quanto pelas autoridades públicas.

A disponibilidade prévia do cadastro poderá servir, também, como instrumento de pressão da sociedade junto aos seus governantes, no sentido de que sejam alocados recursos financeiros para a execução de programas de recuperação consistente e constante, capazes de melhorar o estado das nossas rodovias.

Ciente de que estamos propondo a adoção de um mecanismo inibidor do crescente número de acidentes, verificado em nossas rodovias, esperamos contar com o apoio incondicional de todos os congressistas, para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 5 de maio de 1997. – Senador **Valmir Campelo**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se no dia 02 do corrente o prazo para apresentação de emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 05, de 1997 (nº 2.576/96 na Casa de origem), que dá nova redação ao inciso I do art. 22 da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no serviço exterior brasileiro, as carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e

Srs. Senadores, a Organização Mundial de Saúde – OMS – e a Organização Panamericana de Saúde – OPAS – acabam de divulgar o Boletim Mundial de Saúde, versão 97, que traz estatísticas e previsões surpreendentes.

Segundo os dados levantados por aquelas organizações de saúde, países como o Brasil serão maciçamente atingidos por doenças infecciosas, parasitárias e relacionadas ao parto, que significarão, em futuro próximo, mais de 50% nas taxas de mortalidade das nações em desenvolvimento.

Doenças das coronárias, do coração e derrames cerebrais, que constituem a principal **causa mortis** nos países ricos, tendem a se alastrar também entre as nações do Terceiro Mundo, segundo o relatório daquelas respeitadas organizações.

Outra revelação preocupante do Boletim Mundial de Saúde diz respeito à malária, à hanseníase e à AIDS, doenças que estão atingindo cada vez mais pessoas nos países em desenvolvimento e que já representam cerca de 43% do número total de óbitos.

Entre essas doenças, o caso da AIDS é, sem dúvida, o mais desanimador e o que apresenta perspectivas mais sombrias. As pesquisas mostraram que 75% das pessoas infectadas pelo vírus HIV residem na África, na Índia e no Sudeste Asiático, onde o padrão de vida da maioria da população, bem como as precárias condições de funcionamento dos sistemas de saúde, tornam praticamente impossível o controle da epidemia.

As doenças decorrentes de problemas cardíacos, como os infartos e os derrames, também deixarão cada vez mais pessoas inválidas em todo o mundo, atingindo, crescentemente, homens e mulheres com idade abaixo dos 65 anos. Segundo a OMS, países em processo de crescimento econômico, como o nosso, serão mais e mais atingidos por doenças do coração, devido à proliferação desenfreada do consumo de álcool e de fumo, além da falta de educação alimentar da população em geral.

Tendem igualmente a crescer as doenças coronarianas e o câncer, que já são responsáveis por mais de 20 milhões de mortes todo ano.

No caso específico do câncer, as previsões dos cientistas são particularmente alarmantes. As projeções dos especialistas apontam para um crescimento da ordem de 100%, nos primeiros anos do Terceiro Milênio, quando aumentarão em 33% os casos de câncer de garganta e em 40% as ocorrências do câncer de próstata.

E o "baixo astral" das previsões negativas no campo da saúde não param aí: o diabetes também crescerá em mais de 100% nos próximos 10 anos, elevando de 135 milhões para 300 milhões o número de pessoas atingidas em todo o mundo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realmente, não dá para dormir tranqüilo com estatísticas e previsões tão desanimadoras como essas, ainda mais quando trazem a chancela de uma organização tão séria e tão respeitada como a Organização Mundial de Saúde.

O mesmo "Boletim" aponta a má alimentação, a vida sedentária, o fumo e a obesidade como fatores de risco responsáveis pelo aumento da maioria dessas doenças e prega a necessidade de uma campanha global pela melhoria da qualidade de vida, notadamente nos países do Terceiro Mundo.

De acordo com o respeitadíssimo cientista Hiroshi Nakajima, responsável pelo Boletim Mundial de Saúde, "o problema é que as nações subdesenvolvidas estão adquirindo vários hábitos nocivos do mundo industrializado, como o de ingerir bebidas alcoólicas e outras drogas. Além disso, a qualidade de vida não é boa".

Qualidade de vida, aliás, é um dos grandes desafios que se colocam para a humanidade no próximo século.

O desenvolvimento econômico e as facilidades proporcionadas pelo progresso tecnológico, notadamente a partir da metade do século para cá, tornaram o homem progressivamente mais propenso às doenças que emergem como ameaça no relatório da Organização Mundial de Saúde.

O sedentarismo, os exageros na alimentação, os chamados hábitos modernos, ditados por um estilo de vida que ressalta o vício do fumo, do álcool e das drogas alucinógenas – práticas comuns nos países ditos desenvolvidos e amplamente imitadas pelas classes sociais mais abastadas das nações subdesenvolvidas – constituem, sem qualquer sombra de dúvida, fatores preponderantes no aumento de incidência das doenças apontadas pelo Boletim da OMS.

As conclusões do Boletim Mundial de Saúde, Sr. Presidente, corroboram integralmente as recomendações para uma política ideal no setor de saúde extraídas da "Carta de Ottawa", documento internacional da maior importância para a saúde pública no mundo inteiro.

Tanto a "Carta de Ottawa" quanto o Boletim Mundial de Saúde reconhecem a paz, a habitação, a educação, a alimentação, a renda, a estabilidade do

ecossistema, os recursos sustentáveis, a justiça social e a equidade como requisitos indispensáveis para a redução da incidência das doenças mais comuns no mundo de hoje.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no Brasil, segundo conclusões extraídas da 10^a Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília no ano passado, as ações no setor de saúde, por si só, serão insuficientes para deter o avanço de tais doenças.

Na opinião dos especialistas, o Governo deve incorporar às suas ações no setor de saúde uma política intersetorial que contemple também as áreas de saneamento básico, educação, habitação e emprego.

Na avaliação de dois renomados epidemiologistas da Capital Federal, o Dr. Edgar Hamann e a Dr^a Margarita Urdaneta, "o mundo inteiro está passando por um processo de transição epidemiológica, que significa a diminuição da incidência de doenças infecciosas e aumento das crônicas. É um processo pelo qual os países mais ricos já passaram".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não restam dúvidas, pelas conclusões, dados e estatísticas que acabo de citar, que a situação da saúde, em geral, continua sendo fonte de preocupação e fator de intranqüilidade para governantes e governados, principalmente quando não se dispõe de um sistema de saúde suficientemente aparelhado e dimensionado para atender às demandas da população, como é, infelizmente, o caso do Brasil.

Está suficientemente comprovado que as campanhas maciças de vacinação são instrumentos eficazes no combate às doenças infecciosas. Mas isso não nos permite concluir que tais doenças estejam efetivamente erradicadas.

Reconheço os esforços do Ministério da Saúde e penso que todos devemos somar esforços no sentido de criar as condições ideais para o florescimento de um sistema de saúde realmente capaz de atender as necessidades do nosso povo.

Quero, no entanto, chamar a atenção de um segmento poderoso da sociedade brasileira, que pode ampliar, em muito, a sua participação em prol da melhoria da saúde em nosso País. Refiro-me, Sr. Presidente, à intensificação da participação dos meios de comunicação no processo de esclarecimento das massas, quanto aos aspectos de saneamento e prevenção de doenças.

Os meios de comunicação de massa, em particular, têm a possibilidade de prestar ao País uma contribuição definitiva nos aspectos de prevenção e

saneamento de doenças, mediante inclusão maciça de programas voltados para esses fins.

Deixo aqui um apelo especial à televisão brasileira, pedindo a esse poderoso meio de comunicação que inclua, cada vez mais, em sua programação diária matérias que ressaltem a necessidade de melhoria da qualidade de vida, que ensinem a população a se prevenir contra doenças e que disseminem procedimentos e hábitos saudáveis para a juventude como um todo.

Agindo assim, com certeza a televisão prestará um serviço inestimável à sociedade brasileira e certamente diminuirão os espaços para a veiculação da violência, da desagregação e dos falsos modismos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ernandes Amorim.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, às vezes fico pensando se vale a pena ser Senador, ganhar R\$5.000,00 por mês, estar aqui nesta Casa cheio de vontade de trabalhar, se o trabalho que fazemos não é visto.

Venho, constantemente, denunciando as falcatruas e os desvios do Governo do Estado de Rondônia. Não só fiz denúncias daqui da tribuna como as encaminhei ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, ao Ministério Público e a uma série de outros órgãos. Na viagem que fiz a Manaus, e de Manaus a Rondônia, tive a oportunidade de participar de uma reunião da Bancada de Rondônia, dentro do avião do Senhor Presidente da República. Sua Excelência, naquela ocasião, perguntou qual era o problema de cada parlamentar. Disse a Sua Excelência que o problema em Rondônia era a corrupção desenfreada, o desvio de recursos mandados para o Estado e que, a meu ver, Sua Excelência, como qualquer Presidente da República, deveria ter sob seu comando um serviço de informações para saber o que está ocorrendo nos Estados, principalmente quando se refere a investimentos.

Depois de ter denunciado aqui do plenário, de ter falado com o Presidente da República, de ter falado com o Ministro das Minas e Energia, de ter falado com o Ministro das Comunicações, de ter

falado com o Presidente do BNDES, de ter falado com o Presidente da Eletrobrás, de ter inclusive solicitado apoio do Presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães, para que interviesse nessa questão de Rondônia, nada aconteceu; ao contrário, quanto mais corrupto o governo, quanto mais se rouba em um Estado, mais esse Estado tem apoio e recebe recursos.

O Presidente da República poderia muito bem repassar recursos para os Estados, e não queremos impedir que o dinheiro vá para o Estado de Rondônia. Mas existem órgãos para os quais podem ser repassados os recursos, como o DNER, a Fundação Nacional de Saúde e tantos outros órgãos federais. Sabendo o Presidente da República dessas irregularidades, jamais poderia permitir que alguns dos seus assessores continuassem colocando nas mãos do Governador os recursos que têm colocado.

Com a questão da privatização, os órgãos do Governo estão aí para pagar caro pela privatização de qualquer empresa falida ou dar dinheiro para quem quebrou a empresa. No caso do Estado de Rondônia, temos a empresa de energia que compra a energia a R\$25,00 da Eletronorte e vende a R\$105,00 ao consumidor, com prejuízos constantes ao Estado de Rondônia por causa dos desvios, das roubalheiras e falcas comandas pelo Governo de Rondônia.

Aí vêm os órgãos do Governo Federal dizer que vão salvar a Ceron. Sabe-se que 51% dessa empresa equivalem a 46 milhões de reais. O Governo do Estado de Rondônia recebeu uma parcela da Eletrobrás de um pouco mais de 50 milhões de reais. Se o Governo tivesse recebido essa parcela para pagar as contas da Ceron, para viabilizar a empresa de energia do Estado, estaria tudo bem. Mas esse dinheiro foi repassado para o Estado de Rondônia, e o Governo do Estado sumiu com esses recursos. Falei para o Presidente que esse dinheiro sumiu, o que foi confirmado pelo meu colega Senador José Bianco e por alguns deputados federais.

A empresa tem um capital de menos de 100 milhões de reais. Se se vender a empresa hoje, não serão arrecadados 200 milhões de reais. A Ceron deve 450 milhões de reais na praça. Agora, o BNDES e a Eletrobrás querem repassar mais recursos para aquele Estado, comprando a outra fatia que não foi comprada anteriormente, que seriam os 51%. Com isso, querem pagar mais 60 milhões de reais ao Governador e levar para os cofres públicos da União a dívida de 450 milhões de reais, mais os 60 milhões de reais e as obrigações trabalhistas dos

funcionários da empresa. Esse dinheiro vai novamente para as mãos do Governador de Rondônia, que tem atestado de roubo, de corrupção e de desmandos. Então, o Governo, por intermédio de seus subordinados, vai mandar 60 milhões para comprar o que não existe.

Será que o BNDES teria dinheiro para fazer investimento em empresa séria, principalmente na Amazônia? Aqui, eu já questionei várias vezes por que não aplica um centavo na Amazônia. Por que então, agora, essa pressa em comprar debêntures, títulos de uma empresa falida, e em usar o dinheiro do Fundo do Trabalhador e do Governo Federal para comprar o que não tem para vender? Pois se a empresa está devendo, falida e eivada de corrupção, como é que um órgão como um banco que gerencia o dinheiro público vai comprar suas ações? Será que o crédito aberto desses bancos é fácil assim?

Sr. Presidente, estou ganhando aqui R\$5.300,00 e o limite do meu cheque está ultrapassado; pagando mais de 8% de juros ao mês, vejo o sistema financeiro jogar esse dinheiro que pago de juros na mão de um governo corrupto, que não tem a mínima vergonha de não preservar o direito do povo nem tem a responsabilidade de bem conduzir os recursos de um Estado como Rondônia.

Eu esperava que fôssemos ouvidos, depois das denúncias que fiz aqui em Plenário e das visitas que eu, o Senador José Bianco e outros Deputados fizemos para implorar que houvesse responsabilidade nesse repasse de recursos. Mas não fomos ouvidos. Ser Senador hoje não é nada, principalmente se nos basearmos no que ganha um Senador. Uma pessoa que recebe de salário R\$5.300,00 (cinco mil e trezentos reais) para manter um mandato de Senador evidentemente não vai valer nada, não está valendo nada nesta Casa.

O Estado de Rondônia tem ainda recursos para pagar a revista **IstoÉ**, que, nas duas últimas edições, veiculou propaganda do Governador, onde se lê que Rondônia é "um paraíso com lei e com ordem". Imaginem V. Ex^{as} em que engodo a revista **IstoÉ** entrou publicando essa matéria, sequer procurando investigar o que está ocorrendo em Rondônia e publicando em suas páginas "Um paraíso com lei e com ordem", paraíso onde, na verdade, o Governador está roubando, saqueando. Isso lá é ordem? Uma empresa de publicidade e jornalismo, como é a revista **IstoÉ**, ainda que ganhe o seu dinheiro, deve ter o cuidado de checar as matérias que publica para não perder a credibilidade.

Além do mais, Sr. Presidente, o Governo do Estado, como denunciei dias atrás nesta tribuna, a título de investir na própria Ceron, pegou R\$1.480 milhão na Secretaria da Fazenda. Esse dinheiro saiu da Secretaria da Fazenda, mas mil metros depois desapareceu. O montante, o Governador do Estado mandou que um diretor da empresa pegasse e este, tomando esses recursos, desviou-os. Denunciei ao Tribunal de Contas e este apurou, dizendo em seu parecer, entre outras coisas, que não foi registrado o ingresso do montante de R\$1.480 milhão nos cofres da empresa, caracterizando infração fazendária, crime de peculato, ato de improbidade administrativa e transgressão ao contrato de compra e venda de ações celebrada entre a Eletrobrás, por interveniência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso ocorreu não por falta de comunicação ao Presidente do BNDES. Temos constantemente informado as falcatruas que estão ocorrendo dentro das Ceron. As ilegalidades com os desvios de recursos em nome da empresa já depuseram que o BNDES investiu dinheiro naquela empresa. Como se não bastasse, o **Correio Braziliense** de domingo, 4 de maio de 1997, em sua página 23, publicou a seguinte matéria:

Governador corre o risco de perder o cargo.

Tribunal de Contas de Rondônia descobre desvio de verbas de R\$1,40 milhão. Deputados devem pedir o **impeachment** de Valdir Raupp.

O Governador de Rondônia, Valdir Raupp, poderá sofrer **impeachment** se for comprovado que é responsável pelo desvio de verbas do governo juntamente com a ex-diretoria das Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), empresa que deve ser privatizada pelo Governo Federal.

Não é preciso comprovar isso porque a própria documentação do Tribunal de Contas já constatou. Falta apenas os Deputados Estaduais pedirem o **impeachment** do Governador, ou mesmo o Presidente da República, que, diante de tantas irregularidades, deveria pedir intervenção no Estado de Rondônia, a fim de saber para onde se destinaram os recursos e quem os enviou para aquele Estado. Afinal de contas, o dinheiro destinado ao Estado de Rondônia não é do Governo do Estado, tampouco nosso, Senadores, é do povo. Portanto, devemos zelar por esses recursos.

O Tribunal de Contas do Estado (TSE) constatou irregularidades na liberação de R\$1,4 milhão pelo Governo do Estado em forma de aporte de capital. O dinheiro nunca chegou ao Cofre da Ceron.

A verba saiu com a assinatura de três cheques – números 769038, 769033 e 769039 – nos valores de R\$1070.000, R\$120 mil e R\$290 mil, emitidos pela Secretaria de Fazenda, com a autorização do Governador Raupp. Quem pegou os cheques foi José Luiz Lenzi, ex-Diretor Financeiro da Ceron.

"Evidenciamos que essa autorização está em desacordo com o Contrato de Compra e Venda de Ações das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e o Governo do Estado de Rondônia", diz o relatório:

O Presidente do TCE, Amadeu Machado, explicou que pelo contrato, segundo o qual 48,7% das ações da Ceron passaram para a Eletrobrás, nenhum aumento de capital poderia ser feito sem o consentimento das duas partes.

"A Eletrobras teria de ser informada sobre o aporte de capital 30 dias antes de acontecer. Não foi", afirmou Amadeu. "O que é pior, o dinheiro nem mesmo entrou na contabilidade da empresa."

Consultado pelo **Correio**, o Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Homero Santos, explicou que qualquer dinheiro repassado para a empresa teria que ser contabilizado como aumento de capital, o que não aconteceu.

O engraçado, Sr. Presidente, é que tudo isso está acontecendo, e o BNDES e a Eletrobrás querem jogar dinheiro lá em cima. Não entendi até agora qual o interesse de pegar o dinheiro limpo do povo para aplicar numa empresa, sabendo-se que não se vai vender essa empresa para salvar esses recursos. Eu queria apenas saber do Presidente do BNDES se há dinheiro do povo para ser desperdiçado nesse tipo de operação. Acredito que há muitos Estados falidos, querendo vender o prejuízo das irresponsabilidades para o Erário, para o Governo Federal, por meio dessas instituições.

E continua a matéria do **Correio Braziliense**:

Funcionários do TCE apuraram que os cheques emitidos pela Secretaria da Fazenda foram descontados e depositados em uma conta da empresa de publicidade

Nortebrás – Serviço Comércio Importação e Exportação Ltda.

Segundo Amadeu, o dinheiro, na realidade, teria saído para a Ceron, mas teria sido diluído em pagamentos pela empresa de publicidade por intermédio da Secretaria de Comunicação do Estado.

Imagine, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se realmente houvesse responsabilidade, se quisessem fazer justiça, quantos não estariam hoje na cadeia, lá no Estado de Rondônia, com esses roubos, com esse peculato, com esses desvios.

E continua ainda a matéria:

Publicidades

O ex-diretor da Ceron, José Luiz Lenzi, confirmou que a verba foi utilizada para pagamento de dívidas em publicidades.

Já imaginaram? Pega-se o dinheiro de uma empresa e repassa-se à outra; no meio, desvia-se o dinheiro, paga-se a publicidade da **IstoÉ**, e de todo o setor de imprensa do Estado de Rondônia. E o pior não é isso: é que quando se quer fazer um trabalho sério no Estado de Rondônia, 99% da imprensa está vendida, comprada com esse dinheiro, com o dinheiro do povo, com o dinheiro do Governo Federal, que está indo ao Estado de Rondônia. E este Governador está desviando e recebendo mais recursos.

E continua a matéria:

"Ele considerou a iniciativa legal, explicando que o que foi assinado em dezembro entre o Governo do Estado e a Eletrobrás foi um protocolo de intenções e não o contrato oficial".

A Eletrobras colocou mais de cinquenta milhões nesse contrato, e trata-se de um contrato de brincadeira, que não merece ser respeitado pelos diretores da Ceron e nem tampouco pelo Governo do Estado.

"Defendendo-se, o ex-diretor financeiro informou que a intenção do Presidente do TCE é a de desestabilizar politicamente o governo local. Amadeu estaria pressionando o governo para receber um precatório decorrente de uma ação de um terreno urbano.

Para o Presidente do TCE, o governador poderá sofrer **impeachment** pela Assembléia Legislativa..."

Isso não é possível, porque, lamentavelmente, com muito respeito aos poderes legislativos, no Estado de Rondônia, 90% dos deputados envergon-

ham aquele Estado, porque não saem da folha de pagamento particular do Governador, e por isso jamais vai votar contra o Governador. Ganham, segundo os informes, mais de R\$30 mil por mês.

"Para o Presidente do TCE, o governador poderá sofrer **impeachment** pela Assembleia Legislativa por causa das irregularidades constatadas. Raupp recebeu em março um ofício para responder sobre as irregularidades e até agora não enviou qualquer explicação ao TCE.

A empresa pediu ao Governador e este assinou uma carta de autorização autorizando a liberação do dinheiro. O Governador não poderia se eximir do fato, concluiu Amadeu.

"O Governador foi procurado várias vezes pelo Correio, por telefone, na sexta-feira, e não foi encontrado. Além do processo do TCE existe uma ação do Ministério Público apurando as responsabilidades pelas irregularidades."

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito difícil se trabalhar num Estado, como o de Rondônia, onde a administração federal não tem tido o cuidado de, nas questões desse títulos, debêntures, e tanto dinheiro que tem mandado aos Estados, pagar prejuízos por irresponsáveis.

A empresa Ceron S. A. — eu disse no início — compra energia a 25 da Eletronorte e vende a 105. Isso já denunciei várias vezes da tribuna. Se ela compra por esse preço, jamais poderia dar prejuízo e jamais haveria necessidade de o Governo Federal, por intermédio da Eletrobrás, colocar dinheiro na mão de um Governo que tem sempre desviado recursos.

Será que o Governo Federal não tem um serviço de informações para acompanhar? Será que vai continuar esse vendaval de distribuição de dinheiro do povo a esses Estados que não cuidaram dos seus cofres? Por que o Ceará, o Paraná, outros Estados estão com sua economia correta, seus Estados desenvolvendo. Por outro lado, alguns poucos Estados, por uma má administração, foram à falência. E cabe a nós, Senadores, denunciar aqui em Brasília o Governador que está roubando no seu Estado. No entanto, falo com o Presidente, falo com o Presidente do BNDES, falo com o Presidente da Eletrobrás, falo com o Ministro das Comunicações, com o Ministro das Minas e Energia, e ninguém toma providências. Srs. Senadores, será que compensa sairmos de nossos Estados tão longínquos

para assumir um mandato de Senador e ficarmos aqui avalizando esses tipos de negócios, esses tipos de corrupção? Além de tudo, com a área econômica sequer dando ouvidos a nossas denúncias?

Como eu já mencionei aqui estão várias cópias de documentos que enviei ao Presidente do BNDES, para que não deixasse isso ocorrer, para que ele tivesse um pouco mais de cuidado com os recursos públicos, até porque a Eletrobrás precisa investir para gerar mais energia, e o BNDES precisa investir para produzir riquezas, principalmente na Região Norte.

De agora em diante, já que não posso fazer greve de fome, já que não tenho outra atitude a tomar, todos os dias virei à tribuna denunciar a corrupção naquele Estado, a fim de que as autoridades federais tomem conhecimento. Amanhã mesmo vou trazer outra denúncia daquele Governo do Estado de Rondônia, pois quem sabe daqui a pouco o Governo federal resolve intervir ali para procurar moralizar aquela Administração, que é responsabilidade de todos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Concedo a palavra a V. Ex^a por cinco minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB — TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a pecuária é, sem sombra de dúvida, uma das mais significativas atividades econômicas de Tocantins, Estado que detém hoje um dos maiores rebanhos bovinos do País, algo em torno de seis milhões de cabeças, com padrão genético já relativamente elevado, predominando a raça zebuína, o gado de corte e o boi nelore. Esse volume extremamente satisfatório de carne, produzido atualmente no Tocantins, tem servido para mitigar a fome principalmente de irmãos nossos da Região Nordeste e de outras regiões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora ainda haja contradições no desenvolvimento da atividade por seus diversos agentes, pois encontramos um sem-número de proprietários refratários à modernidade, aos conceitos que a ciência e a tecnologia vêm trazendo para otimizar a atividade para aprimorar o desenvolvimento da atividade, verificamos que, nessas contradições, há produtores com alto índice de tecnologia já implementado nas suas atividades, fazendo inseminação artificial, transferência de embriões, buscando, com o cruzamento indus-

trial, já produzir o novilho precoce, e um ou outro produtor que não se preocupa com as zoonoses que afetam os rebanhos ou com o aprimoramento genético do setor.

Entendemos que a pecuária de corte não deve continuar perdendo espaços para a suinocultura, para o frango e para o peixe, principalmente, segmentos que tiveram agregados valores tecnológicos.

No entanto, faço referência a esse pequeno número de produtores refratários ao esforço ingente que o Governo do Estado vem fazendo para combater, entre as zoonoses, a que mais prejuízo traz ao setor: a febre aftosa. Esta, nos últimos três anos, vem sendo reduzida de forma satisfatória no Brasil todo e, particularmente, em Tocantins, onde, há mais de dois anos, não se verifica surto algum, graças ao esforço enorme que o Estado vem fazendo, por intermédio de sua Secretaria de Agricultura.

Nesse particular, gostaria de cumprimentar também o Ministro Arlindo Porto, que, entre outras ações afetas ao seu Ministério, tem-se dedicado, com afinco e firmeza, ao trabalho de erradicação da febre aftosa, a qual tem comprometido um pouco o desenvolvimento do rebanho brasileiro e tem criado fatores de inibição para a abertura de mercados internacionais para a nossa carne que, diga-se de passagem, é de primeira qualidade.

Espero, portanto, que, numa conjugação de esforços entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado, consigamos de vez erradicar a aftosa no Tocantins e, otimizando a nossa produção, colocar o nosso produto também no próspero e interessante mercado internacional.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. LEOMAR QUINTANILHA EM SEU DIS-
CURSO:**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Dentre as múltiplas potencialidades econômicas do Estado do Tocantins, destaca-se sua evidente vocação agropecuária.

Em verdade, essa unidade federada, além de dispor da maior área contínua de todo o mundo propícia à agricultura irrigada, no vale do rio Javaés, conta, ainda, com o maior rebanho bovino da região Norte do País.

Seu efetivo está próximo das seis milhões de cabeças, e a bovinocultura de corte é a principal atividade pecuária do Tocantins.

No entanto, Sr. Presidente, como de resto, em todo o Brasil, a febre aftosa é uma constante ameaça ao rebanho bovino tocaninense.

A propósito, o Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Arlindo Porto, recentemente anunciou a abertura de campanha de vacinação antiaftosa. Foram elevados, de quarenta e três para

cento e cinquenta milhões de reais, os recursos para defesa animal, em todo País.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma notícia alvissareira, pois o titular da Pasta da Agricultura pretende reforçar o apoio aos programas já em andamento contra a febre aftosa, de maneira a que, em cinco ou, no máximo, seis anos, a enfermidade, que tantos prejuízos têm causado à pecuária nacional, possa ser definitivamente erradicada em nosso meio.

Não podemos esquecer que o Brasil, embora tenha um dos maiores rebanhos do mundo, tem sido virtualmente excluído do promissor mercado exportador de carnes, exatamente em virtude da febre aftosa.

Assim, congratulando-nos com o Ministro Arlindo Porto por essa importante iniciativa em defesa da pecuária brasileira, aproveitamos a oportunidade para solicitar de Sua Excelência um maior engajamento no esforço que o Governo do Estado vem desenvolvendo a fim de erradicar, definitivamente, a febre aftosa na região.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, à medida em que o Plano Real começa a mostrar na prática suas contradições, a estrutura precária que constitui a sua engenharia e a sofrer as ameaças que o tempo traz à cronologia, à cronometragem que constitui declaradamente a principal novidade deste plano, vemos que o Governo perde a serenidade, perde a calma e começa a desenfrear uma luta contra moinhos de vento.

Nesse caso, não vemos o Dom Quixote longilíneo, com a sua postura esquizofrênica e, do lado, o Sancho Pança prático, chegado às coisas do dia-a-dia, interessado em objetivos claros e definidos. O Ministro Sérjão, o Ministro Sérgio Motta tem muito da figura grotesca de Sancho Pança. Não gosta do sociologismo e das criações cerebrinas do Dom Quixote, companheiro seu.

E, agora, deveriam lançar um olhar pelo mundo, o que os levaria a verificar o fracasso do neoliberalismo na Inglaterra de Thatcher. Agora, na Inglaterra, parece que, além dos correios e da telefonia celular, restou ao governo vender apenas a si mesmo, vender o próprio governo, porque o resto já foi vendido. E o governo continua a gastar 43% do PIB, tal como o fizera ao tempo dos trabalhistas, em 1977/78, no final do governo trabalhista.

Na Inglaterra, o governo conseguiu arrecadar US\$128 milhões, doando, vendendo e destruindo as empresas estatais. O desemprego cresceu mais do que as realizações destrutivas neoliberais. Bate recorde – com exceção da Espanha – no panorama europeu.

Em vez de prestar atenção ao que ocorre na Inglaterra, onde o candidato do partido conservador acaba de sofrer violenta derrota, no Brasil, os neoliberais, como costuma ocorrer em governos que entregam a irresponsabilidade aos mercados, demitem-se de suas obrigações na administração. Em vez de administrar o País, o Governo passa para a ofensiva, ataca o Judiciário, vê no Judiciário um inimigo, como declarou anteontem o Presidente do BNDES.

Deveria o BNDES estar a olhar o seu próprio umbigo, deveria verificar que é um dos mais perversos organismos da administração pública brasileira. O que fez o BNDES? Qual foi sua grande missão, desde 1953, quando foi inaugurado por obra e graça de seu criador, o ex-Senador Roberto Campos? Que fez o BNDES? Com o adicional do Imposto de Renda, foi o órgão condutor desses recursos da população para o bolso dos capitalistas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras localidades.

Em estudo feito naquela ocasião e defendido numa tese de mestrado em São Paulo por uma ex-aluna minha, ficou demonstrado que o BNDES perde cerca de 50% do dinheiro que ele repassa aos capitalistas felizardos. E é muito fácil fazer isso. O que aconteceu com os recursos obtidos no Adicional do Imposto de Renda de 1953 a 1956? Foram depois incorporados e, com o dinheiro que obtiveram a taxas de juros irrisoriamente baixas no exterior, aumentou-se a nossa dívida externa. Para fazer o quê? Para alimentar aquilo que hoje o BNDES considera como as execráveis, as ineficientes, as antiquadas empresas estatais.

Quem foi o principal responsável pela criação e manutenção das empresas estatais, senão o próprio BNDES? Portanto, quem deveria ser privatizado primeiro no Brasil – e aí teria o meu aplauso – seria o BNDES, o órgão desestatizador irresponsável.

Portanto, o Governo, em vez de realizar, optou por desfazer, por desestatizar, por desempregar, por desarticular, por desconstitucionalizar, por desrespeitar.

É o Governo do "des". E, então, não conseguindo canalizar suas energias para realizações positivas, o Governo dirige suas energias no sentido da agressão. E agride a gregos e a troianos.

"Governo inicia ofensiva contra o MST", **Jornal do Brasil**. Jobim instrui Estados a abrir inquéritos por invasão de terras e de prédios públicos. Esse mesmo Ministro, hoje no Supremo Tribunal, que, de acordo com os jornais de ontem e de hoje estaria aconselhando o Presidente da República como pro-

ceder no caso dessa avalanche de ações contra o edital da Vale do Rio Doce, como se fosse função de um recém-nomeado Ministro da Suprema Corte ser assessor do Presidente da República! E certamente ele será, no futuro próximo, um dos julgadores desses casos dos quais ele é conselheiro. E foi ele mesmo que fez retroagir a demarcação das terras indígenas e seus direitos, para provocar tumultos, obviamente para acirrar os ânimos daqueles que se julgavam no direito de invadir terras indígenas.

E, agora, os jornais noticiam que Sua Excelência, o Presidente da República, acaba de afirmar que a CNBB é mentirosa, que mentiu a respeito do Proer, a respeito do Movimento dos Sem Terra. Sua Excelência, o Presidente da República, foi queixar-se ao Papa que havia, na pastoral da terra, inimigos seus. Ao acoimar a CNBB de estar faltando com a verdade, é Sua Excelência que o faz. Entre outras coisas, a CNBB apontou o abuso cometido por Sua Excelência de, através de um ato autoritário, ter criado o Proer e com este ter passado mais de R\$20 bilhões para os banqueiros deste País. Vinte bilhões de reais, cerca de seis ou sete vezes o valor total que será arrecadado pelo Governo com a venda da Vale do Rio Doce. Passou seis Vales do Rio Doce para os banqueiros brasileiros e continua a dizer que a CNBB mente porque esse dinheiro foi para salvar os depositantes. Não é verdade. A CNBB é que está correta.

Por exemplo, tomemos o caso, o primeiro deles, aquele que tomou toda uma noite de sábado de Sua Excelência, o Presidente da República, que trabalhou até as 22 horas para conseguir formular o Proer que iria salvar o Banco dos Magalhães Pinto, o banco de seus netos que ele disse estar prejudicando. "Estou prejudicando meus netos!" Imagine só!... Se dar 5,9 bilhões aos netos pode prejudicar a sua descendência. Nunca vi um vovô tão bom na minha vida! E não é verdade que a CNBB tenha cometido uma incorreção, porque dos 5,9 bilhões que o Banco Nacional recebeu, por meio do Proer, apenas 2 bilhões se destinaram ao pagamento dos depósitos, portanto, à salvaguarda dos depositantes, 3,9 bilhões daquela importância se destinaram a banqueiros, sim. A CNBB tem razão. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra também tem razão. O Governo iniciou, através do Ministério da Reforma Agrária e do Ministério da Justiça, um processo de fechamento do espaço que o Movimento dos Sem-Terra precisava conquistar e que, finalmente, vem conquistando.

Agora, diz-se que a CNBB cometeu a infâmia de afirmar que o Governo, interessado nas eleições,

estaria usando a máquina, favores e benesses – o "toma lá, dá cá" – para garantir o seu processo de reeleição.

De novo é a CNBB que tem razão, pelo menos de acordo com inúmeras notícias divulgadas pelos jornais. Por exemplo, no **Correio Braziliense**, de 28 de janeiro deste ano, foi publicada a seguinte manchete: "Planalto usa tudo como poder de convencimento". Um trecho do artigo diz o seguinte: "Deputados capturam indecisos um a um. Estabilidade em troca da reeleição. O Deputado Eraldo Trindade, PTB-AP, foi recebido na quinta-feira pelo Presidente da República e abriu o jogo. Disse que mudaria de posição e votaria a favor da reeleição se o Governo resolvesse a situação de seis mil servidores federais não estáveis ameaçados de demissões no Amapá. No processo de sedução vale tudo: promessa de canais abertos, cargos públicos, liberação de verbas e execução de obras nas bases eleitorais de cada um."

"Murmúrio dos cargos atrai votos pró-FHC." Ao invés do murmúrio das ruas, diz a **Folha de São Paulo** de terça-feira, 28 de janeiro, que Sua Excelência prefere ouvir o murmúrio dos cargos ao invés da voz rouca das ruas. Portanto, não é a CNBB que está inventando coisa nenhuma. Moreira Franco afirmou: "Junto com a voz rouca das ruas, os Deputados estão ouvindo os murmúrios dos cargos oferecidos pelo Executivo. A ameaça de perder os cargos que ocupa no Governo está sendo decisiva para a virada de votos a favor não só no PMDB, como no PPB de Paulo Maluf."

"Para dar voto a favor, Deputados pediram de tudo. Pefelista fez lista e petebistas prometeram até esquecer compromisso acertado com ex-Prefeito."

No Jornal **O Estado de São Paulo** de quarta-feira, 29 de janeiro, disse um preclaro Deputado entrevistado: "Bem que poderia ter uma dessas reeleições por mês!"

Uma dessas reeleições por mês, deseja o preclaro Deputado entrevistado, de acordo com a declaração no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia anteriormente citado.

"Pressão dos Governadores contém rebeldes". E, depois, a convocação dos financiadores de campanha que aqui estiveram em massa para pressionar os Deputados financiados, de acordo com a imprensa. Não acredito que haja Deputado nem financiado, nem Deputado teleguiado dos seus financiadores; todavia, é o que a imprensa noticia, é o que se diz, é o que o Plenário repleto de pessoas estranhas parece demonstrar.

"Promessas e pressões viraram casacas" – **Folha de S. Paulo**, quinta-feira. Não é a CNBB. A verdade que a CNBB fala que desagrada tanto o autoritarismo no poder.

"Deputados cobram FHC por seus votos".

"Três Deputados Federais do Amapá cobraram do Presidente Fernando Henrique Cardoso a compensação por terem votado a favor da reeleição, anteontem, na Câmara." (30/01/97).

"Depois da vitória, surge o primeiro caso de retaliação". "Um voto por seis mil empregos": **Correio Braziliense** de 30/01/97 – pág 11.

Será que todo mundo está mentindo? Será que só Sua Excelência o Senhor Presidente da República e o Sr. Ministro Sérgio Motta é que falam a verdade? Ou será que quem mandou esquecer tudo o que disse não tem muita firmeza naquilo que fala?

"Barganha de voto já rende ao baixo clero dividendo político." **Folha de S. Paulo**, 25 de fevereiro.

Portanto, não é verdade a acusação feita por Sua Excelência o Senhor Presidente da República à CNBB, que disse o que disse, que fez acusações com base em dados irrefutáveis.

Para terminar, não apenas o que aconteceu na Inglaterra, como acabei de ler, onde se diz que só resta ao governo vender o próprio governo, porque tudo o mais já foi vendido, e o déficit continua o mesmo de 1977 e 1978.

Passo a ler o que aconteceu na Argentina:

"Concentração de renda aumenta na Argentina"

Em 1974, os 30% mais pobres recebiam 11.2% da renda nacional. E, em 1996, com o governo liberal do Sr. Menem, ao invés de 11.2%, recebem 8.2%. A classe alta que, em 1974, detinha 28.2% da renda nacional, agora se apropria de 36.3% da renda nacional.

O Sr. Josaphat Marinho - Senador Lauro Campos, V. Exª me permite um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS - Senador Josaphat Marinho, se a Mesa consentir, terei muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho - Como sempre, meu aparte é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Josaphat Marinho, embora o tempo do orador esteja esgotado, não quero privar a Casa da oportunidade de ouvir a conclusão do discurso e o aparte de V. Exª.

O Sr. Josaphat Marinho - Muito obrigado por sua compreensão, Sr. Presidente. Nobre Senador, V. Exª fala de problemas políticos correlacionados

com os problemas econômicos. Note a advertência que foi feita ao neoliberalismo no mundo: no dia 1º de Maio todas as manifestações foram de protestos contra os governos, lá e cá.

O SR. LAURO CAMPOS – Agradeço muito a V. Exª a lembrança do sintoma tão importante do fracasso dessas medidas que, realmente, acabam criando, em escala mundial, um bilhão de desempregados.

De acordo com dados de uma reunião internacional de sindicatos realizada na Europa no mês passado, três bilhões de pessoas estão recebendo, no máximo, US\$2 por dia.

Portanto, é natural, é compreensível que o Governo do Presidente FHC, não tendo canalizado suas energias, sublimado suas energias para realizações em resposta às necessidades da sociedade, tenha partido para conduzir essas suas energias transbordantes para agressividade aos Poderes: ao Judiciário, ao Legislativo e, finalmente, ao sofrido povo brasileiro.

Agradeço ao nobre Presidente pelo prolongamento do meu período de fala e ao eminente Colega, Josaphat Marinho, pelo seu aparte que engrandeceu o meu modesto pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão por vinte minutos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, assomo à tribuna nesta tarde para registrar um acontecimento da maior importância na vida política e legislativa do meu querido Estado do Piauí. Como dizia Carlos Castello Branco: "Teresina é a minha terra. Todos cantam a sua terra, eu a canto também".

Pois o Piauí é a minha terra, e eu a canto também, parodiando Carlos Castello Branco. No próximo dia 18, data do aniversário do Deputado Estadual Humberto Reis da Silveira, a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí reunir-se-á na Cidade de Jaicós para prestar homenagem a este grande parlamentar pelos 50 anos de exercício ininterrupto de mandatos eletivos consecutivos, tanto no antigo PSD, quanto na ARENA, no PDS e no PFL. Repito, Srªs e Srs. Senadores: 50 anos ininterruptos, consecutivos, de mandato legislativo! Ora, eu que estou caminhando para o vigésimo terceiro ano de mandato eletivo consecutivo, verifico que o Deputado Humberto Reis da Silveira tem mais do que o dobro do que tenho em mandatos eletivos.

Quero falar sobre a sua personalidade, sobre a sua pessoa, mas, antes, gostaria de deixar registra-

dos nos Anais do Senado Federal dados do seu impecável currículo, a fim de que eles possam acompanhar o pedido que farei **a posteriori**, para que a Mesa encaminhe votos de congratulações por este grande acontecimento.

Humberto Reis da Silveira, filho de Frutuoso Jusselino da Silveira e Constança Reis da Silveira, é casado com a respeitabilíssima D. Maria de Jesus Araújo Silveira. Um de seus irmãos, Nelito, de quem tenho muita saudade, foi um companheiro seu e chefe político em Jaicós, durante toda a vida. Teve como filhos Maria de Fátima Araújo Silveira Barros, casada com o médico Frederico Ozanam Luz Barros; Lídia Constança Silveira e Sousa, casada com João da Cruz Moura e Sousa; Humberto Reis da Silveira Júnior, funcionário da Assembléia Legislativa, casado com Maria de Lourdes Nery da Silveira; Maria Celeste Araújo Silveira Maia, casada com o engenheiro civil Romeu Benício Maia; Luiz Humberto Araújo Silveira, que é casado com Maria Marillê Pinto Sousa Silveira, popularmente conhecido como Sebim, e é Vereador recentemente eleito à Câmara Municipal de Teresina, com expressiva votação; Humberto Elmer Araújo Silveira, casado com Nairene Gomes da Mesquita Silveira e Patrícia Fernanda Araújo da Silveira, casada com Jairton Sávio.

O Deputado Humberto iniciou os seus estudos em Jaicós, prosseguindo em Oeiras, antiga capital da província do Piauí. Convém sempre lembrar, Oeiras era o Conde de Oeiras, mais tarde, Marquês de Pombal. Ele sempre cita o nome de suas professoras, sua tia Onorina Reis, D. Conceição Freitas, D. Eva Feitosa e Lília Maria da Cruz Coutinho.

Mais tarde estudou em Petrolina, Pernambuco, no Ginásio Dom Bosco, transferiu-se para o Colégio Municipal São Francisco de Sales, em Teresina, conhecido como Colégio Diocesano e seus Diretores foram o Pe. Joaquim Chaves, Pe. Paulo Hipólito de Sousa Libório (depois Bispo da Diocese de Parnaíba) e Pe. Antônio José do Rego.

Cursou até o 2º ano do II Grau no Colégio São João, em Fortaleza, tendo como Diretor Odilon Braveza; concluiu o curso no Colégio Diocesano, em Teresina, sob a direção do Pe. Alberto de Freitas Santos. Todos esses a quem me referi são figuras da maior expressão na comunidade piauiense.

Mediante exame vestibular, entrou para a Faculdade de Direito do Piauí, concluindo seu curso em 1954; foi seu Diretor o Professor Cromwell Barbosa de Carvalho; o paraninfo de sua turma foi o Prof. Clemente Fortes, e o orador foi Eduardo Neiva.

Passarei a falar dos cargos e funções públicas exercidos por Humberto Reis da Silveira:

1) Secretário Guarda-Livros do Prefeito de Jaicós, Capitão Orlando Dias Soares, no período de 1945 a 1946;

2) Deputado Estadual:

– foi eleito pela primeira vez quando possuía apenas o 2º ano científico, em janeiro de 1947; desde então, como já tive oportunidade de dizer, permanece no exercício da atividade parlamentar;

– exerceu todos os cargos da Mesa Diretora, inclusive o de Presidente da augusta Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, como dizia o saudoso Arimatéia Tito Filho;

– foi membro de todas as Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa, pertencendo atualmente à Comissão de Constituição e Justiça, eleito seu Presidente em 14 oportunidades;

– membro da Comissão Especial que emendou a Constituição de 1965;

– membro da Comissão Especial que elaborou a Constituição de 1969;

– Relator-Geral, por eleição, da Constituição do Piauí de 1989.

Possui Humberto Silveira as seguintes condecorações e distinções:

– Grande Oficial da Ordem do Ipiranga, conferida pelo Governo do Estado de São Paulo;

– Medalha do Mérito Legislativo do Piauí, conferida pela Assembléia Legislativa;

– Medalha Renascença do Piauí, no grau de Grande Oficial, conferida pelo Governo do Piauí;

– Comenda do Mérito da Costa e Silva, outorgada pela União Brasileira de Escritores do Piauí (UBE-PI);

– Sócio-Benemérito da União Brasileira de Escritores do Piauí (UBE-PI);

– Medalha da Polícia Militar do Piauí;

– Membro Benemérito da Sociedade Ecológica Amigos do Pantanal – SEAPAN;

– Diploma Amigo do Verde, conferido pela Sociedade Ecológica Amigos do Pantanal – SEAPAN;

– Comendador da Soberana Ordem dos Cavaleiros de São Paulo Apóstolo;

– Membro da Loja Simbólica Liberdade Teresinense, do GOB;

– Fundador da Loja Simbólica Cruzeiro do Sul Y, do GOB;

– Foi o primeiro Secretário de Justiça do Estado do Piauí.

E, com muita honra, foi Secretário no período em que exerci o Governo do Estado, entre 1983 e 1986;

– Procurador de Justiça do Estado do Piauí (aposentado);

– Delegado de Trânsito e Costumes, no Governo do finado General Gaioso e Almendra (54/58).

Sr^{as} e Srs. Senadores, eis a vida pública de um homem que dedicou toda a sua existência à comunidade de Jaicós e aos Municípios que tão bem representa.

O Sr. Edison Lobão – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Ouço V. Ex^a, com muito prazer, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão – Senador Hugo Napoleão, V. Ex^a homenageia um político de longo curso e um amigo. Vejo que V. Ex^a possui, entre tantas outras, a qualidade da lealdade às suas amizades.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sem dúvida.

O Sr. Edison Lobão – Um político, um homem que não é leal às suas amizades, na verdade, não é digno delas. V. Ex^a o é; é digno, a vida inteira, em tudo quanto faz; é digno também na preservação dos amigos que, ao longo do tempo, foi formando.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Muito obrigado.

O Sr. Edison Lobão – V. Ex^a falava sobre o Deputado Humberto Reis da Silveira, com 50 anos de mandato – uma vida -, e me faz recordar o ex-Deputado Manoel Novaes. Eu era Presidente da União Interparlamentar, e fizemos, certa vez, uma viagem ao Canadá. Convidei o Deputado Manoel Novaes para integrar a delegação brasileira; foi a primeira viagem ao exterior feita por ele e a única, creio. No exterior – tanto na Suíça, como na Inglaterra, na França e no Canadá -, eu o apresentava como sendo o Deputado mais antigo do Brasil e, possivelmente, um dos mais antigos do mundo.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Foi nosso colega na Câmara dos Deputados, inclusive.

O Sr. Edison Lobão – Ele já possuía mais de 40 anos de mandato àquela época, e causava grande sensação o fato de que era o Deputado mais antigo do mundo, com 40 anos de mandato. Imagine o nosso Humberto Reis da Silveira, com 50 anos! Creio que a homenagem que V. Ex^a presta ao Deputado do Piauí na verdade se destina à classe política, aos políticos brasileiros, ao homem que foi capaz de servir ao povo por tanto tempo, angariando sempre a confiança de sua gente por cinco décadas. Cumprimento, portanto, o Deputado Humberto, mas

cumprimento V. Ex^a pela lembrança de homenagear um homem dessa estirpe e desse jaez. Muito obrigado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Agradeço a V. Ex^a, Senador Edison Lobão, o aparte que acaba de oferecer e que me toca de perto em função dos profundos laços de estima, amizade, consideração e respeito que me unem ao Deputado Humberto Reis da Silveira.

Continuarei a falar a respeito de sua personalidade, mas não quero privar-me de ouvir o Senador Bernardo Cabral, que já se apresta para segurar o microfone.

O Sr. Bernardo Cabral – Senador Hugo Napoleão, pensei que somente eu fosse interrompê-lo. Vejo agora que valeu o Senador Edison Lobão apartear-lo, porque assim, amanhã, quando lerem o discurso de V. Ex^a, vão fazer a comparação entre o brilho do Sol e o da lamparina...

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Discordo; ambos têm o brilho do Sol.

O Sr. Bernardo Cabral – ...e, com isso, os seus leitores verão que valeu a pena eu dar a seqüência em que corro o risco de ser repetitivo, dadas as qualidades já ressaltadas pelo Senador Edison Lobão sobre a atuação de V. Ex^a. A grande verdade é que, no firmamento da vida de Humberto Reis da Silveira, V. Ex^a se porta como verdadeiro astrônomo porque traz as estrelas da fulgurância de quem exercita um mandato ao longo de 50 anos ininterruptos. E me dou conta, Senador Hugo Napoleão – V. Ex^a é o Líder do nosso Partido -, de que é preciso alguém ter, no íntimo, muita amizade por outrem para que possa fazer um registro dessa natureza.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – E é o caso.

O Sr. Bernardo Cabral – É exatamente o caso. Verifico que V. Ex^a não exercita aquele exercício rasteiro da bajulação. V. Ex^a faz o registro de um amigo com quem conviveu, que conheço – foi Relator da Constituição de 88 -, e mostra ao Senado que a pessoa só envelhece – observe bem V. Ex^a – quando nela os sonhos dão lugar aos lamentos. Se a pessoa não se lamenta, se continua sonhando, ela não envelhece. Portanto, o nosso Deputado Silveira, malgrado esses 50 longos anos de exercício ininterrupto na política, não envelheceu; ele continua sonhando com um Brasil melhor e acorda, na realidade, com um discurso como esse, pronunciado por V. Ex^a.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – O aparte de V. Ex^a, eminente Senador Bernardo Cabral, sem dúvida alguma, demonstra à saciedade os conhecimentos e

a cultura que envolvem a grande personalidade de V. Ex^a.

O Deputado Humberto Reis da Silveira costuma ser chamado de Deputado Humberto Reis. E a cada eleição o seu **slogan** é "Humberto Reis, mais uma vez". O **slogan** é o mesmo, nunca mudou, e ele sempre foi reeleito.

O Sr. Elcio Alvares – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Ouço V. Ex^a, líder do Governo, com prazer.

O Sr. Elcio Alvares – Senador Hugo Napoleão, gostaria de fazer este aparte partindo do raciocínio desenvolvido pelos eminentes colegas Edison Lobão e Bernardo Cabral. Há um fato muito importante que ressumbra do pronunciamento de V. Ex^a. Observando os programas de grande contato com o público, percebemos que há sempre uma matéria, uma colocação que vem em detrimento da classe política. Particularmente com relação à televisão, onde há debates, as figuras do Senador e do Deputado são sempre encaixadas como figuras caricatas. Nunca se homenageia um Senador ou Deputado como uma figura que realmente trabalha pela comunidade. E sempre que há uma fala, ou seja, quando há referência a um político, seja prefeito ou qualquer outro, é no sentido de que é corrupto, que todo político é assim. Isso cria, portanto, uma imagem negativa. E de tanto se falar, a mentira vai tomando forma que vem a se transformar numa realidade que é desprimorosa para a classe política. Isso não quer dizer que o político, de uma maneira geral, está absolvido de todos os males e todos os pecados. Numa comunidade, há jornalistas, médicos, advogados, políticos, uns bons e outros maus. Dentro da classe política – no curso de minha vida já vão trinta e tantos anos de atividade política -, conheci figuras notáveis. Figuras que sempre timbraram no sentido de dar à classe política dignidade, exercitando o mandato com honestidade, com amor ao bem público. E o exemplo de Humberto Reis da Silveira, neste momento, não fica adstrito ao Piauí. Creio que é um exemplo nacional. Alguém que ao longo da vida, durante 50 anos, deteve mandatos populares é alguém que tem o apreço da sua comunidade, da sua cidade, da sua região. E do Piauí esse exemplo serve para todos nós. Quando se falar de alguém que exerce o mandato com dedicação, vamos buscar então o nosso Deputado Humberto Reis para ser esse paradigma da figura que todos invocamos. O Senador Edison Lobão disse bem: o político carrega sobre os ombros, às vezes, o ver-

dadeiro madeiro, carrega todas as preocupações de sua comunidade, o político retrata com fidelidade o sentimento de seu povo. E torcemos ardorosamente para que haja um grande número de políticos bons, honestos e dedicados. Em toda comunidade, como já disse, existem bons e maus. No momento em que V. Ex^a pronuncia seu discurso de louvação a um homem que dedicou a vida inteira praticamente ao interesse público, a sua cidade, a sua região, quero, de maneira muito modesta, juntar minha voz às dos Senadores Edison Lobão e Bernardo Cabral para dizer a V. Ex^a, na qualidade de Líder do meu Partido, o PFL, que Humberto Reis da Silveira transcende o Piauí, avança as fronteiras do Piauí para se refletir no território brasileiro como exemplo do homem público que dedicou à sua terra o melhor dos seus esforços, o melhor do seu ideal, o melhor da sua inteligência. Parabéns a V. Ex^a por trazer um registro que nos agrada profundamente pela figura que está sendo homenageada. Também desejo estender ao Deputado Humberto Reis da Silveira a nossa palavra de apreço e admiração. V. Ex^a foi feliz fazendo esse discurso, e nós muito mais porque tivemos oportunidade, por meio de apartes aqui já proferidos, de reiterar a nossa confiança indestrutível nos mandatos que são exercidos com dignidade e que louvam e enaltecem sobremodo a democracia brasileira.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Agradeço o aparte de V. Ex^a e enalteço a imagem que faz, ou seja, a de que o Deputado Estadual à Assembléia Legislativa do Piauí, Humberto Reis da Silveira, neste momento, transpõe os umbrais da própria Casa para se inserir no conceito da política brasileira. Lamentavelmente, tem V. Ex^a razão. Muitas vezes somos vítimas ou de injustiças ou de estórias mal contadas. São muito penosas, geram sofrimento e nos obrigam, às vezes, a explicações que não deveríamos ter que dar. Mas isso é da essência da vida pública.

Como a democracia se dá em ambiente de adversidade, de disputa, isso eventualmente acontece, embora tenha sempre dito à juventude do meu Estado que devemos fazer uma política de elevação e respeito, para que nossos filhos dela possam se orgulhar.

O Sr. Francelino Pereira – V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Vou recolher com muito prazer o aparte do Senador Francelino Pereira.

O Sr. Francelino Pereira – Meu caro Líder, Hugo Napoleão, V. Ex^a começou seu discurso dizendo que cantava a sua terra. Está certo. E se to-

dos cantam a sua terra, também vou cantar a nossa. De mineiro todo brasileiro tem um pouco, inclusive V. Ex^a, pelo equilíbrio, pela serenidade, pela vocação de discutir os temas nacionais e mundiais sem perder o sentido que se extrai da vida comunitária nas pequenas cidades dos estados que representamos. V. Ex^a sabe muito bem que tive a graça de nascer no Piauí.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Para grande orgulho de todos os piauienses.

O Sr. Francelino Pereira – Sempre guardei identidade com minhas origens, com minha família que lá reside e, ao mesmo tempo, guardei o amor à bravura, ao trabalho e à inteligência de todos que fazem a grandeza do Estado do Piauí. De longe, mas todos os anos visitando minha cidade no Piauí e revendo os amigos e companheiros, inclusive V. Ex^a quando lá está, sempre tive a oportunidade de conviver com o Deputado Humberto Reis. E como V. Ex^a nunca traz ao plenário do Senado assuntos que não tenham expressão ou não traduzam o sentimento da comunidade estadual ou do Brasil inteiro, confesso que cada vez mais me convenço de que Humberto Reis, que conheço muito bem, é uma das figuras mais expressivas, mais competentes e também das mais honradas do Estado onde nascemos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – É verdade. Humberto Reis tem muito apreço por V. Ex^a.

O Sr. Francelino Pereira – Tenho por S. S^a grande admiração, até porque os homens públicos do Piauí têm um sentimento de probidade e de honradez que merecem sempre o respeito, a consideração, a estima e o apreço de todos os brasileiros. Por isso mesmo, em nome de Minas Gerais, que represento aqui nesta tribuna e onde exerço minha vida pública por mais de quarenta anos – fui Deputado Federal, Governador e agora, Senador da República, e dos mineiros -, quero transmitir a Humberto Reis, por intermédio de V. Ex^a, meu abraço fraterno, minha emoção e a certeza de que o exemplo de S. S^a vai frutificar sempre para projetar ainda mais nosso Estado de origem, o Piauí. Meus parabéns, caro Senador Hugo Napoleão. Seja feliz em seu pronunciamento e faça de Humberto Reis sempre uma bandeira para os piauienses e os brasileiros. Muito obrigado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Senador Francelino Pereira, V. Ex^a, que é hoje o orgulho de Minas Gerais, onde acaba de ser eleito Senador com expressiva votação, terra da qual já foi Governador, é, sem dúvida, um dos grandes orgulhos do Piauí. V. Ex^a, como fazia Juscelino Kubitschek quando lem-

brava a sua Diamantina, lembra sempre a sua Angical e costuma ir sempre ao médio Parnaíba, para conviver com os seus irmãos, seus familiares, seus sobrinhos, enfim, V. Ex^a não esconde nem nega sua origem, e essa é mais uma de suas grandes qualidades.

O Deputado Humberto Reis da Silveira certamente vai ficar extremamente emocionado quando tomar conhecimento do magnífico aparte que V. Ex^a acaba de oferecer ao meu modesto pronunciamento.

Muito obrigado.

O Sr. Joel de Holanda – Nobre Líder Hugo Napoleão, V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Pois não, com muito prazer, nobre Senador Joel de Holanda.

O Sr. Joel de Holanda – Senador Hugo Napoleão, gostaria de cumprimentá-lo pela homenagem que V. Ex^a está prestando a um homem público que durante cinquenta anos dedicou a sua vida ao Parlamento. É um exemplo a ser seguido pelos jovens que devem ver na vida do Deputado Humberto Reis da Silveira a demonstração de amor à sua terra, o Piauí, e de amor à causa pública, sobretudo na atividade legislativa, tão frágil e tão sujeita a mal-entendidos, a distorções por causa da sua própria fragilidade. V. Ex^a ressalta bem as qualidades de homem público do Deputado Humberto Reis da Silveira que sempre pautou a sua vida pela defesa dos interesses do Piauí. Se o Senado Federal é a Casa da Federação, as Assembléias Legislativas representam a Casa dos Estados. Ao homenagear o Deputado Humberto Reis da Silveira, V. Ex^a está homenageando todos os Deputados estaduais do País, que, no dia a dia das Assembléias Legislativas, prestam sua ajuda no processo de desenvolvimento de seus Estados. Parabéns a V. Ex^a pelo excelente pronunciamento que faz e pela homenagem sincera e tocante que presta a um homem público, que durante meio século dedicou sua vida ao desenvolvimento do Estado do Piauí.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Senador Joel de Holanda, V. Ex^a, que é uma das mais destacadas figuras da vida pública pernambucana e brasileira, dá um testemunho de onde devem ser situadas as coisas com relação ao episódio bonito que estou a narrar do cinquentenário legislativo do Deputado Humberto Reis da Silveira. Fico muito grato a V. Ex^a.

Sr. Presidente, vou caminhando para o final do meu discurso. Vejo que V. Ex^a teve tolerância para com este orador, certamente por haver percebido o cunho de sentimento que procurei colocar neste dis-

curso ao falar de um dos mais queridos amigos que a vida me deu.

Eu me permitiria contar-lhes uma passagem, Sr^s e Srs. Senadores. Quando fui Governador do Piauí, o Deputado Humberto Reis da Silveira era Secretário da Justiça. Lamentavelmente, em determinado momento, ele fraturou o pé, e eu fui visitá-lo em sua residência, em Teresina. Lá eu lhe disse que o nosso próximo despacho seria na quarta-feira seguinte e que eu me disporia a sair do Palácio do Karnak para ir à sua casa, para despachar com ele os assuntos da Secretaria. Quando eu menos esperava, naquela quarta-feira, o então Secretário Humberto Reis da Silveira, carregado numa cadeira, entrou em meu gabinete e se postou diante da mesa.

Então, disse-lhe o que sempre costumo dizer, evidentemente em caráter afetivo: "Seu teimoso. Você é um homem teimoso".

Nós nos tratamos com essa afetividade.

É um homem em quem se pode confiar. Se ele conversar a dois, a três ou a quatro, jamais narrará o que foi conversado, tamanha a discrição e o sigilo que gosta de manter.

Também, na Secretaria da Justiça, ele me auxiliou muito nos entendimentos com o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, sempre colocando a sua palavra ponderada, equilibrada e firme a serviço da harmonia entre os Poderes Executivo e Judiciário.

Para concluir, Sr. Presidente, vou apresentar dois requerimentos: primeiro, que V. Ex^a autorize a TV Senado a extrair cópia da fita do meu pronunciamento com os apartes dos Senadores Bernardo Cabral, Edison Lobão, Elcio Alvares, Francelino Pereira e Joel de Holanda, a fim de que possamos remetê-la ao homenageado; segundo, tendo em vista que a Assembléia Legislativa, conforme disse no início do meu pronunciamento, vai reunir-se em Jaicós, no dia 18 de maio, aniversário desse grande Parlamentar que completa cinquenta anos de mandato eletivo, que a Mesa envie congratulações à Assembléia Legislativa do meu Estado.

Com essas palavras, agradeço mais uma vez a tolerância de V. Ex^a, os apartes oferecidos e a paciência do Plenário.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a será atendido na forma regimental, Senador Hugo Napoleão.

Embora não se trate de matéria que tenha sido submetida a votos e por isso não tenha a Mesa a

possibilidade regimental de associar-se a essas homenagens, não posso deixar de expressar pessoalmente a admiração por alguém que vem há tanto tempo recebendo de seu povo a confirmação da confiança que inicialmente nele depositou há cinquenta anos e que merece, pelo seu comportamento, a homenagem de um homem contido, sério, equilibrado como V. Ex^a. Não posso deixar de expressar a minha admiração a alguém que tem essa história.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 302, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Senador Benjamin Farah:

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 5 de maio de 1997. – Senador **Humberto Lucena**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Esse requerimento depende de votação do Plenário. Poderão fazer uso da palavra os Senadores que o desejarem.

Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena para encaminhar a votação.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB – PB. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tomei a iniciativa, juntamente com o Senador Josaphat Marinho, de encaminhar esse requerimento à Mesa, propondo uma homenagem póstuma ao ex-Senador Benjamin Farah, cujo falecimento ocorreu há poucos dias, no Rio de Janeiro. Embora já estivesse em avançada idade, o seu passamento surpreendeu-me, porque não faz muito tempo o encontrei nos corredores do Senado Federal e, depois, neste plenário. Notei nele não apenas a lucidez que sempre o caracterizou, como, sobretudo, o seu saudável estado físico. Conversamos longamente, e ele me afirmou que saíra da vida pública e estava no Rio com a família, procurando, ao mesmo tempo que gozar uma aposentadoria modesta, tentar escrever alguma coisa relacionada com as suas memórias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conheci o ex-Senador Benjamin Farah como seu colega na Câmara dos Deputados. Evidentemente, ele me pre-

cedera lá como Constituinte de 1946, em outros mandatos, porque à época eu era Deputado Estadual na Paraíba.

Sempre tivemos grande afinidade, porque uma das qualidades primordiais de sua personalidade sempre foi a de um político por vocação. Ele atuou numa época em que existia mesmo, com muito maior ênfase, a chamada política corporativista. O ex-Senador Benjamin Farah, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, foi um legítimo representante das reivindicações dos servidores públicos federais. S. Ex^a era conhecido como tal; dava tudo de si em defesa daqueles que trabalhavam para o Estado. E por uma razão muito simples, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: quando foi eleito para a Câmara dos Deputados, o Rio de Janeiro, então capital federal, acolhia, na sua população, milhares e milhares de servidores públicos, como ainda hoje. Apesar da transferência para Brasília, o que se sabe é que no Rio de Janeiro há mais servidor público federal do que no Distrito Federal.

Mas Benjamin Farah não se limitou a isso. Ele foi um autêntico representante do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados e, depois, no Senado Federal. Conduziu-se sempre com dignidade e espírito público. Era um homem simples, por vezes até simplório. Ele exalava bondade. Nunca presenciei o ex-Senador Benjamin Farah alterar a sua voz, para reprimir quem quer que fosse. Pelo contrário, fazia questão de se dar com todos. Era um conciliador por natureza. O que lhe valeu, na legenda do antigo PTB – porquanto de procedência getulista –, um lugar de destaque. Depois, quando tivemos deflagrado o golpe militar de 64, o ex-Senador Benjamin Farah estava ao nosso lado, na Câmara dos Deputados, lutando contra o garroteamento das liberdades públicas e procurando resistir ao que então se passava no País, no mais obscurantista autoritarismo de que já tivemos notícia no Brasil. Na época das célebres suspensões de direitos políticos, cassações, torturas e desaparecimentos, ele teve a coragem de ficar conosco. Foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro, ao meu lado e de tantos outros, ali no Anexo I do Senado Federal.

Portanto, não só pelo que fez pelo Estado do Rio, pelo Brasil, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, do ponto de vista de elaboração legislativa, mas sobretudo pela sua coragem cívica, pelo seu destemor, merece o respeito do Senado, o respeito do Congresso Nacional.

Na Câmara dos Deputados e aqui, em várias oportunidades, ele teve missões importantes a cum-

prir: foi Secretário na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e Vice-Presidente do Senado Federal; foi presidente e vice-presidente de várias comissões técnicas na Câmara e no Senado; foi Líder do PSP na Câmara dos Deputados e Vice-Líder do antigo MDB no Senado Federal, quando aqui estava ao lado de Nelson Carneiro, Josaphat Marinho, de Rui Carneiro e de tantos outros, numa fase em que, se não me engano, a Bancada do MDB era de apenas sete Senadores. E era oposição não apenas a um governo militar, mas ao regime militar.

Não seria neste momento, portanto, Sr. Presidente, em que ele desaparece, que ficaríamos silêntes. Estou aqui para altear a minha voz e reverenciar a memória de um dos grandes brasileiros que conheci no desempenho da vida pública no Congresso Nacional.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA – Ouço V. Ex^a, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – Nobre Senador Humberto Lucena, V. Ex^a acaba de traçar concisamente, mas com muita precisão, o perfil de Benjamim Farah. Não tenho propriamente o que acrescentar. V. Ex^a já pôs em relevo suas qualidades de parlamentar, de homem público. Queria apenas acrescentar que se tratava de uma figura de extrema modéstia e encantadora cordialidade.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Exatamente, nobre Senador Josaphat Marinho, era esse talvez o traço mais peculiar da pessoa que convivia diariamente conosco. Mas, por trás daquele suave comportamento, ninguém imaginava que havia o homem público que ficou ao nosso lado resistindo, até que a ditadura caiu no Brasil com a escolha de Tancredo Neves para a Presidência da República.

Sr. Presidente, ao encerrar estas palavras, carregadas de emoção, numa homenagem a um homem que exerceu 32 anos de mandato, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, chamaria a atenção dos presentes para uma particularidade: Benjamim Farah foi eleito Senador em 1970, quando o então Movimento Democrático Brasileiro foi praticamente varrido das urnas pelo voto em branco e pelo voto nulo, porque, naquela época, os estudantes e os trabalhadores, num protesto contra o Governo do General Médici – a época mais sombria da ditadura militar –, resolveram votar em branco. Salvaram-se apenas dois nomes propostos ao Senado, no Rio de Janeiro: Nelson Carneiro e Benjamim Farah.

Sr. Presidente, esse é o homem público que neste momento homenageamos. Ao terminar minhas palavras, quero enviar à sua esposa, D. Elza França Farah, e aos seus filhos minha manifestação de profundo pesar, que é também de toda a Bancada do PMDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a quer encaminhar, Senador Joel de Hollanda?

O SR. JOEL DE HOLLANDA – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senador Joel de Hollanda está inscrito para falar, mas no momento estamos encaminhando a votação do requerimento de pesar pela morte do ex-Senador Benjamim Farah.

Constato a presença na Casa de número suficiente de Srs. Senadores para permitir a votação, nos termos do inciso III, "c", do art. 215 do Regimento Interno.

Submeto, portanto, o requerimento à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A deliberação do Plenário será cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 303, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1995, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 5 de maio de 1997. – Senador **Waldeck Ornelas**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, consoante o disposto no art. 255, inciso II, alínea "c", item 12 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência incluiu na pauta do próximo dia 08, quinta-feira, Projeto de Lei da Câmara, nº 5, de 1997 (2.576/96, na Casa de origem), que dá nova redação ao Inciso I, do art. 22, da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as carreiras de Oficial de Chancelaria e

Assistente de Chancelaria, em aditamento à pauta prevista para aquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tenho o hábito de trazer a esta tribuna assuntos divulgados pela imprensa, mas confesso que hoje fui surpreendido com uma entrevista de um companheiro, de um amigo, de um Senador a quem muito admiro: o Líder do Governo nesta Casa.

S. Ex^a concedeu entrevista ao jornalista Maurício Dias, publicada no **Jornal do Brasil**, com o título "Governo errou nas reformas". Tem-se a impressão de que S. Ex^a estaria falando já como Líder da Oposição, embora – é claro – S. Ex^a tenha a liberdade de divergir dos temas, assuntos e posições assumidas pelo Governo que lidera nesta Casa. O Senador José Roberto Arruda começa por dizer que o meu Partido, o PFL, "tem visão curta e não percebe o jogo sutil do processo político", uma declaração que considero equivocada e infeliz, porque dizer-se que o Partido da Frente Liberal não tem visão para perceber o jogo sutil do processo político é cometer uma heresia. Na verdade, somos de um partido com longa história na vida política e demos grande contribuição, ora com sutileza, ora com bravura e a céu aberto, pela devolução constitucional do País, para a vigência da democracia.

O próprio Presidente Tancredo Neves dizia que o Partido da Frente Liberal foi o que mais assumiu uma posição histórica, que permitiu que o País transitasse do regime autoritário para o democrático. De nossa parte, Sr. Presidente, com sutileza ou em pronunciamentos incisivos, contribuimos, ao lado de Petrônio Portella, de Marco Maciel, de Jorge Bornhausen, de Hugo Napoleão e de tantos outros Líderes, para que o País retornasse à plena democracia.

Eu mesmo, Sr. Presidente, quando fui sondado para presidir o Partido da Aliança Renovadora Nacional, em contato com o então Presidente da República, Ernesto Geisel, disse a S. Ex^a que desejava saber para onde caminhava o País, porque só poderia aceitar, na vida política ou parlamentar, uma missão identificada com o pensamento de retorno à democracia e de busca do regime mais aberto possível. S. Ex^a, o Presidente Ernesto Geisel, disse-me de forma clara que eu, atendendo à convocação

das lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, poderia assumir a direção da Aliança Renovadora Nacional porque, com certeza, ele deixaria o Governo, a Presidência da República, com o País vivenciando a plena democracia, da mesma forma que eu deixaria a presidência do partido no regime de liberdade, conseqüentemente, de revogação da exceção, dos atos excepcionais.

Sr. Presidente, quer no jogo do entendimento, quer no da estratégia e da colocação aberta na tribuna, nas ruas e nas praças deste País, fomos companheiros de uma luta que se somou àqueles que combateram o regime de então. Por isso mesmo é que a imprensa brasileira jamais cometeu a injustiça de criticar a figura do Presidente Ernesto Geisel porque foi o grande batalhador para que o País retornasse à democracia.

Ora, Sr. Presidente, não se compreende que, a essa altura, o meu querido Líder Senador José Roberto Arruda possa dizer que o PFL não tem a visão do jogo do processo político, porque permanentemente estamos atentos a esse jogo, a essa estratégia, a tal ponto que hoje somos o partido de melhor organização política do País: somos 106 ou 107 Deputados Federais, a maior bancada na Câmara Federal e no Senado da República – nesta Casa, somos 24 Senadores –; temos mais de mil prefeitos, milhares de vereadores, uma organização que atinge todo o território nacional.

E o que é mais, Sr. Presidente, é que a posição que assumimos, de certa forma, confunde-se, quando não ultrapassa, com o próprio desempenho da socialdemocracia. E o Senador José Roberto Arruda assinala:

"Mas o que acontecia é que o processo de mudança na história brasileira está sempre capitaneada pelo liberalismo. O PSDB é formado, majoritariamente, por setores progressistas. Não tenho dúvidas de que o pensamento liberal e o pensamento da socialdemocracia, no Brasil, coincidem numa primeira fase de mudança."

Coincidem não apenas na primeira fase de mudança, mas coincidem em todas as fases e, muitas vezes, a nossa posição liberal ultrapassa o próprio jogo da socialdemocracia no País, porque, em verdade, todos nós somos sociaisdemocratas, todos nós somos liberais num amplo sentido.

Em primeiro lugar, defendemos o liberalismo político, que é aquele que intui e ordena as liberdades públicas e individuais. Ao mesmo tempo, de-

fendemos e lutamos pelo liberalismo social, que é aquele que procura corrigir e eliminar, tanto quanto possível, as injustiças, as desigualdades econômicas e essa perversa distância que existe entre ricos e pobres neste País.

Somos um Partido de centro, inclinado para a esquerda, com uma visão social de tudo o que acontece nesta Nação. Quero, portanto, deixar a minha estranheza ao Líder do Governo nesta Casa, no sentido de que possa recompor a sua palavra perante a Nação brasileira, perante o próprio Governo e perante o Partido da Frente Liberal, que com ele comunga o trabalho de fazer com que este País se desenvolva sempre, corrigindo a perversa distância na vida social brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Por permuta com o Senador Joel de Hollanda, concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de agradecer a compreensão do Senador Joel de Hollanda, que, entendendo da necessidade de falarmos mais rapidamente por outros compromissos assumidos, cede-nos o seu espaço.

Neste momento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos nos unir às homenagens que o Senado Federal, no final da semana passada, prestou ao educador Paulo Freire pelo seu falecimento. Também estamos nos somando às condolências enviadas a sua família.

Gostaríamos, ainda, de registrar a perda que o Brasil e o mundo sofrem neste momento com o falecimento de Paulo Freire. Educador que soube trazer suas idéias renovadoras e revolucionárias – por que não? – à educação, incompreendido em determinado momento em nosso País, passou além-fronteiras e conseguiu dizer e mostrar seu compromisso com a renovação e com seu método renovador de alfabetização.

O método Paulo Freire, sabemos, sempre foi, mesmo talvez em momentos mais difíceis, dentro de escolas da periferia, de escolas particulares, escolas estaduais, no Movimento dos Sem Terra, na alfabetização de adultos, de trabalhadores, de operários, um desafio para todos os educadores e para todos os estudantes deste País. Ele sempre mostrou que – e era o básico de seu método – precisamos aprender a partir da realidade que nos rodeia. Só aprendemos quando nos informamos sobre a situação e os problemas e, junto com a sociedade, buscamos

alternativas para resolvê-los, desafio a que educador e educando devem ser submetidos a todo momento.

Por isso, como professora inclusive, exercendo o magistério durante 23 anos, sempre defendi que uma das funções básicas da escola é, sem dúvida, a formação de cidadãos críticos, criativos e principalmente atuantes, engajados em sua sociedade. Era assim que Paulo Freire desafiava os professores. Era assim que desafiava os alunos que trabalhavam com seu método. Dentro da sua linha da pedagogia dos oprimidos, ele fazia ver realmente que, para haver aprendizagem, não basta apenas saber ler ou escrever, precisamos interpretar a realidade, a situação e a história do mundo que nos rodeia.

Portanto, o Brasil, nesse momento, ao perder um dos seus maiores e mais famosos educadores e pedagogos, fica, sem dúvida, com uma grande lacuna na área da educação, mas, por outro lado, nos ensina e nos demonstra o exemplo que deve ser seguido, do homem engajado no seu tempo, homem engajado e apostando na educação como uma forma de criar, revolucionar e formar cidadãos.

Portanto, está aí o desafio. Graças a Deus, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cada vez mais as escolas e os educadores começam a derrubar os mitos e se dão conta de que, hoje, a discussão política de uma reforma agrária, de uma violência que é a todo momento vivida nas ruas, de uma CPI que está sendo discutida no Congresso Nacional, de um **impeachment** de um presidente que sacudiu toda a juventude deste País, são assuntos e temas que devem ser discutidos nas salas de aulas, sem nenhum partido, mas como formação da cidadania, como engajamento, desenvolvendo cada vez mais o espírito crítico e principalmente democrático. Paulo Freire fez isso durante toda a sua vida e a sua trajetória.

Por isso, ainda hoje, nas melhores escolas do País, sejam privadas ou públicas – e tenho exemplo no nosso Estado do Rio Grande do Sul – aos movimentos, aos assentamentos dos sem-terras, aos movimentos, às barracas pretas onde é dada a educação para os filhos dos colonos, fala-se em Paulo Freire que sempre mostrou que a educação tem que partir da vivência. Muitas vezes se fala na necessidade de formarmos cidadãos conscientes, mas consciente, Sr. Presidente, é aquele que não apenas conhece a realidade, mas também busca atuar nela com posturas firmes, com participação e determinação.

Em síntese, era isso que queríamos registrar. Foi muito breve, teríamos que falar muito mais. Era esse nosso objetivo, mas, diante de outros compromissos, precisamos nos retirar. Devido à boa

vontade do Senador Joel de Hollanda, que nos cedeu seu espaço, tivemos essa oportunidade, mas estou, inclusive, regimentalmente impedida de conceder o aparte ao Senador Lauro Campos, que tenho certeza engrandeceria e enriqueceria nosso pronunciamento. Porém, tenho apenas o espaço de cinco minutos, concedidos pelo nosso Regimento. Mas nosso registro é de que tiremos lições da vida desse educador, desse homem que soube resistir, que foi expulso do nosso País e que voltou para dizer que o Brasil perdeu um período significativo, onde a educação poderia ter sido tratada com mais dinamismo, mais raciocínio, mais responsabilidade e, principalmente, com mais crítica.

Portanto, estamos nos somando às homenagens que o Brasil e tenho certeza muitos outros países estão reverenciando, prestando ao ilustre pedagogo Paulo Freire. Tenho a certeza de que seu exemplo deve e, principalmente, precisa ser seguido cada vez mais em nosso País.

Esse é o registro que fazemos, com nossos agradecimentos pelo espaço concedido.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda. V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago hoje a esta Tribuna um assunto que é do maior interesse para Goiás e o Centro-Oeste. Falando para um enorme público de agricultores, em Ribeirão Preto, o Presidente Fernando Henrique Cardoso não economizou projeções otimistas sobre o futuro de nossa economia agrícola. Garantiu que serão buscados todos os caminhos para transformar o Brasil num grande celeiro mundial, anunciou que a partir deste ano os créditos agrícolas de custeio serão antecipados para o mês de maio, e expressou todo o seu apoio ao "Fórum Nacional de Agricultura", criado com o objetivo de definir novas políticas para o setor.

As palavras do Presidente não poderiam ser mais oportunas. Parece que existe de fato uma nova consciência do Governo para a importância do setor rural no desenvolvimento do País. Aos poucos, o economicismo de gabinete vem sendo derrubado pelas evidências que os recalcitrantes negavam-se a enxergar. É a agricultura que cumpre o grande papel social de segurar o homem no campo e impedir o inchaço das grandes cidades. É ela que garante o desenvolvimento do interior. Será impossível pensar uma política de combate à fome, sem aumentar a

produção agrícola. E para um país que está vivendo uma conjuntura crítica na sua balança comercial, a alternativa mais realista é concentrar prioridades na produção e na exportação de grãos.

É bom ter o Presidente como principal aliado, mas será melhor ainda poder aplaudir um Governo que fale uma mesma linguagem, desde o Palácio do Planalto até a agência mais distante dos Banco do Brasil, passando por toda a Esplanada dos Ministérios. O Presidente falou no atacado, e falou bonito, mas há questões de varejo que ainda atormentam a vida de milhares de agricultores brasileiros. Uma dessas questões é a difícil, sofrida e sempre adiada solução para as dívidas do Proagro. São dívidas vencidas há mais de cinco anos, e ninguém explica direito porque elas não são pagas. Eu mesmo já levei esse assunto ao Presidente, que precisa botar logo o dedo na ferida, cobrando de uma vez um basta na resistência burocrática.

Por acreditar que o Presidente está falando para valer, nunca será demais lembrar que o Brasil, e principalmente o Centro-Oeste, está precisando de estruturas mais ágeis e eficientes de transportes, para levar os alimentos das regiões produtoras para os grandes centros consumidores e para os mercados de exportação, em condições mais vantajosas de custos e de segurança. Nesse particular, aliás, estou repetindo uma tese que é a principal preocupação de meu mandato nesta Casa.

Outra questão que deve ocupar as atenções do Presidente é o despertar do País para o ensino profissionalizante no setor rural. Reconheço o esforço do Ministro Paulo Renato, mas os potenciais da agricultura brasileira obrigam o País a pensar grande na área da educação. Os avanços da tecnologia agrícola são uma fatalidade para as demandas previsíveis dos próximos anos, e a base técnica para sustentar esse futuro é uma prioridade que não pode ser adiada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que estou fazendo aqui não é uma crítica, mas uma advertência de um aliado que acredita nos propósitos do Presidente. Reconheço que Sua Excelência tem ajudado a agricultura, principalmente depois daquela crise de dois anos atrás que jogou milhares de municípios brasileiros numa situação dramática de insolvência. A situação mudou para melhor. Houve a desoneração do ICMS para a exportação de grãos, foi feita a securitização das dívidas, e o acesso ao crédito também melhorou. Agora Sua Excelência anuncia a decisão de antecipar para maio as liberações dos créditos de custeio, que, por tradição,

aconteciam em setembro. Isso vai permitir um calendário mais adequado para o plantio e um planejamento mais seguro.

Com esse apoio à agricultura, o Governo está recebendo parte do que recebeu para viabilizar o combate à inflação. Nos primeiros tempos do Real, foi a estabilidade da cesta básica que garantiu o sucesso da política econômica. Naquele período, a agricultura deu tudo em sacrifícios e recebeu muito pouco em recompensas. Felizmente, o setor agrícola está passando por um efetivo processo de reorganização. Os canais de diálogo estão mais fluentes graças ao esforço pessoal do Ministro Arlindo Porto, e o Fórum Nacional que ele preside vem permitindo uma integração mais ampla e mais aberta entre o Governo e o setor privado.

Os líderes empresariais que compareceram à Feira de Máquinas de Ribeirão Preto, no último final de semana, registraram o clima de otimismo que está dominando a agricultura neste momento de transição. E isso é bom, porque nenhuma outra atividade depende tanto de uma boa atmosfera de esperanças. A imprensa espera a presença de 80 mil visitantes, contra 47 mil do ano passado, fato que reflete a expectativa de ampliação de investimentos na melhoria da produção. O comparecimento de representantes de países da América Latina, da África, dos Estados Unidos e da Alemanha mostra que o mercado internacional está atento para as possibilidades de avanço da economia agrícola brasileira, tanto em níveis de produção quanto de qualidade. Tomara que tudo isso seja um sinal de que estamos espantando definitivamente as crises cíclicas que vivemos nas últimas décadas, e de que aprendemos a caminhar com segurança e sem sobressaltos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mauro Miranda, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda por vinte minutos.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE. Profero o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado de Pernambuco tem possibilidades de, cada vez mais, ocupar um lugar de destaque no cenário econômico do Nordeste.

Já sendo o segundo em produção industrial, tende a crescer suas atividades de processamento

de minerais não metálicos, bem como sua extração. Refiro-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, à exploração da matéria-prima do gesso – a gipsita – abundante na região de Araripina.

O gesso é um dos materiais de maior aproveitamento na construção civil. Conhecido desde há muito tempo como elemento para revestimentos, hoje é utilizado também para a construção de paredes. O forro de gesso, comparativamente a outros produtos, é barato. Além disso, é um material extremamente maleável, o que permite seja adaptado à moda de cada época. Atualmente, com as tendências da arquitetura, vem sendo utilizado nos ambientes de iluminação embutida e indireta. Paredes feitas de gesso, além de mais baratas, apresentam outras vantagens: grande isolamento acústico, resistência ao fogo, fácil acesso a instalações hidráulicas e elétricas, e simplificação do acabamento.

Embora sobre o uso do gesso na construção civil pesem muitos preconceitos, esses têm origem, principalmente, no desconhecimento. Uma parede feita com esse material poderia resistir sem fissuras a um impacto de uma tonelada.

Obviamente que alguns obstáculos precisam ser vencidos, como a regularidade na oferta do material e a estabilização de seu preço em patamares competitivos com os de outros materiais de construção.

O processo de estabilização econômica pelo qual o País passa é o grande responsável pela volta do crescimento do mercado gesseiro. Juros mais baixos e estabilidade de ganhos têm sido responsáveis pela retomada da indústria da construção civil, a grande demandante dessa matéria-prima.

Algumas indústrias multinacionais de prestígio – uma delas presente em mais de quarenta países – já se instalaram no Brasil e deverão inaugurar novas unidades. Além dos investimentos, essas empresas trazem tecnologia e capacidade para disseminar o uso desse material.

Em comparação com a alvenaria, por exemplo, o gesso traria vantagens no custo final, na manutenção e na rapidez da construção. Para o Brasil, que tem um déficit da ordem de dez a doze milhões de moradias, a adoção do gesso na construção de residências seria de grande utilidade.

O Brasil situa-se entre os países com grande reserva de gipsita, embora utilize muito pouco seu principal produto em construções. Para se ter uma idéia, o americano usa, em média, oito metros quadrados de gesso por ano; o europeu usa pouco mais de três metros quadrados; mas no Brasil o emprego

é de pouco mais de um centésimo de metro quadrado. Ganharia muito o País, caso se ampliasse o uso dessa matéria-prima tão especial, que representa para a arquitetura, em termos de versatilidade, aquilo que o **jeans** representa para o vestuário.

Nesse particular aspecto, Pernambuco, meu Estado, tem muitas vantagens competitivas. Além de ser detentor de um terço das reservas brasileiras de gipsita, é o maior produtor. Em 1995, respondeu por 95% da produção nacional, que foi de um milhão e duzentas mil toneladas. Suas reservas poderão ser exploradas por mais duzentos anos. E atualmente poderia triplicar sua produção anual com bastante folga.

Ao lado do turismo, da agricultura irrigada, da exploração do granito e da avicultura, a indústria gesseira forma a linha de frente da produção em Pernambuco, em condições de competir abertamente. Já hoje representa 5% do PIB estadual, e a tendência é de crescimento.

As jazidas e calcinadoras de gipsita encontram-se na região do Araripe, uma das mais pobres do Estado, em virtude das condições climáticas e sócio-econômicas. Por isso, é uma das regiões que mais necessitam da orientação do Governo Federal, Estadual e Municipal. Englobando os municípios de Araripina, Ouricuri, Bodocó e Ipubi, que contam com uma população de pouco mais de 300 mil habitantes, a indústria gesseira já emprega um percentual significativo de pessoas tanto em colocações diretas como indiretas.

Como incentivo para as empresas, o Estado e os Municípios estão oferecendo o diferimento, em três anos, do ICMS e poderão mesmo reduzir esse imposto, caso a proposta seja aprovada no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ. Além disso, a Sudene oferece isenção de Imposto de Renda por dez anos, e o Banco do Nordeste do Brasil dispõe de um bilhão de reais por ano em financiamentos para pequenas empresas.

Apesar dos esforços estaduais, são necessários recursos federais para obras de infra-estrutura, como a construção de uma ferrovia entre Petrolina e Salgueiro, que é o maior pólo próximo a Araripina. Outra obra necessária é a hidrovía no São Francisco, que necessita de dez milhões de reais para ser completada. Esses recursos não são apenas necessários, mas urgentes para que a gipsita e o gesso produzidos em Pernambuco sejam competitivos e cheguem ao mercado consumidor no Sudeste.

Hoje a importação de placas de gesso para a construção civil sofre restrições alfandegárias, como

uma alíquota de quase 50%, mas tal alíquota será apenas de 10% em 2001. É pouco, portanto, o tempo que as empresas teriam para tornarem regulares a produção e a distribuição desse produto tão importante para Pernambuco. Esse é o grande desafio a ser enfrentado por empresários e pelos governos não só das esferas estadual e municipal, mas também da federal, pois não se trata apenas de um assunto local. Trata-se da busca do desenvolvimento sustentável de uma região que, secularmente, pleiteou compensações para cobrir as deficiências regionais. Creio ser este, portanto, um momento crucial para a indústria gesseira pernambucana. Por isso, faço um apelo à união de esforços para que, com a parceria da iniciativa privada e do Estado, se possam criar as condições de incremento dessa indústria.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – O Sr. Senador Lúcio Alcântara enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há bastante tempo é conhecido o potencial de riquezas do Nordeste, o que torna a aceleração de seu desenvolvimento econômico não apenas viável, mas fácil. A permanência daquela vasta região brasileira em condições de subdesenvolvimento, com suas disparidades e imensa pobreza constitui, assim, escândalo, fruto não só de um problema cultural nordestino, mas de todo o Brasil.

Não é nosso propósito examinar razões que expliquem esse fenômeno, do qual decorre a persistência, através de séculos, de milhões de brasileiros a viver em condições de desamparo e miséria, propiciando ao Exterior lastimável quadro de atraso. Maior esse escândalo, se considerarmos capacidade e genialidade dos nordestinos, tão copiosamente comprovadas no decorrer do tempo. E maior o absurdo, se tivermos em conta as belas demonstrações de solidariedade que os nordestinos têm, tão reiteradas vezes, recebido dos irmãos de outras regiões deste vasto país.

Diversas as razões que têm sido apontadas para explicar a lardeza com que esse triste quadro vem se alterando, a cada ano aumentado o contingente de nordestinos vitimados pela miséria e o desamparo, especialmente durante as períodos de seca, sempre tocando profundamente a alma brasileira.

O imediatismo, fruto de interesses subalternos, somado à ausência de ação contínua, constituem, sem dúvida, boa explicação, mesmo que parcial, mas fundamental, para a eternização de um panorama que, sabemos, pode ser facilmente revertido. Possuidor do único clima semi-árido tropical do mundo, potencialmente rico, o Nordeste tem solução para seus problemas, sérios e crônicos. É sob essa ótica, Senhor Presidente, que o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, hoje entregue pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso a colega de comprovada competência, o Senador Arlindo Porto, concretiza o Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste, fruto de estudos bem elaborados, com a firme decisão de levar a termo propósito que, sem dúvida, implicará profunda mudança do quadro atual em extensa região nordestina. Programa do qual surgirão riquezas para o Nordeste e, assim, para o Brasil.

A meta estabelecida por esse Programa nada tem de exagero, podendo mesmo ser tida como modesta, se tivermos em mira a gravidade da situação naquela região e seu vasto potencial econômico. O decidido é implantar, por ano, de 100 a 150 mil hectares de irrigação, para o que serão necessários 900 milhões de dólares por ano, compatíveis com as disponibilidades orçamentárias dos principais agentes financeiros em operação no Nordeste: Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Trata-se, portanto, de um programa de ação muito bem elaborado tecnicamente, mas realista, em face das atuais disponibilidades financeiras. Não tenho dúvida, Senhor Presidente, de que estamos frente a uma ação do Ministério da Agricultura destinada a engrandecer o Nordeste e, simultaneamente, o Presidente da República. Para melhor se aquilatar sua importância, é suficiente dizer que, se os 2,6 bilhões de reais que serão investidos este ano no Nordeste pelas agências financiadoras governamentais fossem destinados apenas à fruticultura irrigada, teríamos a geração de mais de 500 mil empregos, suficientes para absorver todo o contingente de trabalhadores, como também subtrair parcela de subempregados ou desempregados que buscam, em seu desespero, a sobrevivência em centros urbanos.

A capacidade do Nordeste para a produção de frutas não constitui novidade ante os excelentes resultados já alcançados em projetos pioneiros no Vale do São Francisco, nenhuma originalidade

havendo, portanto, no que ora se pretende. Apenas se quer, a partir de resultados já colhidos no decorrer de décadas, alcançar escala que coloque o Brasil entre os líderes mundiais do sofisticado mercado exportador de frutas, eliminando-se concomitantemente, situação de atraso e miséria que há muito deveria e poderia ter sido eliminada naquela região. Portanto, tomar realidade o que se vê como potencialidade.

Está comprovado, à exaltão, dispor o Nordeste de condições para o alcance de uma agricultura única da qual advenha riqueza que transformará, em profundidade e extensão, a região. O Chile, com apenas 220 mil hectares irrigados obteve, em 1995, US\$1,4 bilhão em vendas externas de frutas frescas, enquanto obtínhamos, no Brasil todo, apenas 130 milhões de dólares em 1993/1994! Esse o resultado alcançado por nós, que dispomos de vastíssimas região capaz de nos propiciar, em agricultura irrigada, rendimento superior a qualquer outro no mundo! Enquanto o Chile se organizava planejava, obtinha coordenação, acesso aos mercados, gestão empresarial e utilização de tecnologia, mantínhamo-nos inertes em setor do qual poderemos, a curto prazo, obter posição ímpar no mercado mundial.

Senhor Presidente,

Há muito sabemos que o clima do Nordeste, por tanto tempo visto como adverso, pode se transformar em fator de alta competitividade através da agricultura irrigada, propiciando-nos, pelo uso de tecnologia moderna, colheitas sucessivas e produtivas sem igual. Fonte à nossa disposição para obtenção de riqueza que, por sua vez, mudará a face de tão ampla região brasileira. Lá temos grandes bacias, como as do São Francisco e do Parnaíba, bem como vastos lençóis freáticos que colocam à nossa disposição reserva formidável de água, factível se tornando a irrigação em solo de potencialidade sem igual. Ultrapassa de um milhão de hectares a área disponível à irrigação no Nordeste, sem necessidade de grandes obras de infraestrutura hidráulica! Fácil será, assim, colocarmos entre os grandes do mercado internacional de frutas, desde que criemos condições fitossanitárias que atendam às exigências dos mercados consumidores, vigilantes na defesa de seus territórios contra o surgimento de novas pragas, bem como sigamos com rigor o estabelecido no **Codex Alimentarius**. Essas questões fitossanitárias são consideradas "pontos prioritários" na escala de execução do Programa elaborado pelo Ministério da Agricultura.

Senhor Presidente,

O avanço alcançado no mundo moderno pela atividade agrícola é imenso, como todos sabemos. E

o é, também, entre nós. Sua estimulação, através de ação conjugada de órgãos governamentais e meios privados, é objeto de prioridade do Programa a que vimos aludindo. Foi ele estruturado no sentido de encontrar opções, a partir do potencial da região, que indiquem caminhos para um Nordeste competitivo, na conjugação de esforços da União, Estados e Municípios, impregnando suas ações do caráter de integração intra e intergovernamental e de parceria com o setor privado. O Estado-empresário é substituído pelo Estado-promotor, em perfeita consonância com visão que o Presidente Fernando Henrique Cardoso se empenha em tornar predominante em nosso País, imprescindível a sua efetiva modernização.

Há que destacar no Programa que vimos comentando, a criação de um comitê gestor com a responsabilidade de coordenar as ações de governo, como defesa fitossanitária, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, assistência técnica, controle de sementes básicas, infra-estrutura (transporte, energia e telecomunicações), proteção ambiental e linhas de financiamento, evitando qualquer falha de organização. Elimina-se todo resquício de mentalidade paternalista na caracterização de nova postura governamental. O Estado repele a postura de "executor" para tornar-se "promotor" do desenvolvimento. Decisiva, também, a criação de Agências Regionais de Desenvolvimento, para fomento da pesquisa e transferência de tecnologia aplicada à produção hortifrutícola que permita aos produtores e exportadores financiar suas necessidades de capital de giro; a infra-estrutura e a certificação de qualidade alcançando níveis de excelência, consoante padrões internacionais, viabilizando, dessa forma, a emissão de **commodity papers**.

Senhor Presidente,

O Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste está concebido de forma minuciosa e acertada, ambicioso em seus propósitos, mas realista. Terá alcance enorme em todo o Nordeste, tomando-se, por si só, marco inesquecível do atual Governo e da gestão, à frente do Ministério da Agricultura, de nosso colega Arlindo Porto. Constituem eles, Presidente e Ministro, por sua visão dos problemas nordestinos, garantia de que o trabalho, ora em execução na região pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, resultará em profundas transformações para toda a região, bem como em avanço técnico e cultural que dele decorrerá para o Nordeste.

Poderia alongar-me nesta tribuna, aludindo a pontos os mais variados do Programa, resultado de estudos conjugados de um Governo decidido a enfrentar problemas sociais, logrando simultaneamente, a modernização. Poderia mencionar

dados relativos ao sempre crescente mercado mundial de frutas, enfatizando o que dele poderemos obter. E sobretudo, poderia falar do enriquecimento, direto e indireto, da região nordestina com a execução desse Programa. E a tudo poderia acrescentar vantagens diversas de ajuda que está ao nosso dispor, no tocante a tecnologia, em países amigos como Chile, Japão, Alemanha e outros mais. Disso me abstenho, pois apenas discorreria sobre o que é do conhecimento desta Casa e de todos que se preocupam com problemas brasileiros.

Encerro, Senhor Presidente, afirmando que vim a esta tribuna com o objetivo de expressar meu entusiástico aplauso ao Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste, manifestando minha plena confiança em que será executado conforme metas estabelecidas, sem quaisquer entraves ou adiamentos. E, finalmente, para congratular-me com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro Arlindo Porto, por ação tão decisiva para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, da qual redundará velocidade para sua modernização, compromisso maior do atual Governo, que no futuro, constituirá sua marca histórica!

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – A Presidência lembra aos Srs. Senadores que a sessão deliberativa ordinária de amanhã, às quatorze horas e trinta minutos, terá a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51, DE 1997

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 298, de 1997 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 51, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 162, de 1997), que autoriza o Estado de Minas Gerais a celebrar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, com a garantia da União, no valor de trezentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e seis mil reais, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, cujos recursos serão destinados à capitalização do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. – CREDIREAL.

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 56, DE 1997

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 299, de 1997 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 56, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu

Parecer nº 174, de 1997), que autoriza a Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG) a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de sete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos, destinada à execução de obras de drenagem urbana e extensão de redes de águas pluviais.

– 3 –

REQUERIMENTO Nº 261, DE 1997

Votação, em turno único, do Requerimento nº 261, de 1997, do Senador Carlos Wilson, solicitando, nos termos regimentais, tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1996, com o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1996, por versarem sobre contrato de trabalho por tempo determinado.

– 4 –

REQUERIMENTO Nº 262, DE 1997

Votação, em turno único, do Requerimento nº 262, de 1997, do Senador Lucídio Portella, solicitando, nos termos regimentais, que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1995 (nº 383/91, na Casa de origem), que regulamenta o exercício profissional da acupuntura e dá outras providências, além da Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Educação.

– 5 –

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1995

Primeiro dia de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, de autoria do Senador Esperidião Amin e outros senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 62 da Constituição Federal (adoção de medidas provisórias), tendo

Parecer sob nº 150, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a redação para o segundo turno.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 143, de 1997), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 1996, com estimativas das faixas de variação dos

principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 144, de 1997), que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 1996, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 145, de 1997), que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 1996.

– 9 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 50, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 50, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 146, de 1997), que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de sete bilhões e oitocentos e noventa e cinco milhões de ienes, entre o Estado da Bahia e o Overseas Economic Cooperation Fund – OECF, destinada ao financiamento, parcial, do Programa de Saneamento Ambiental de Salvador e Cidades do Entorno da Bahia de Todos os Santos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Nada mais havendo a tratar, encerro a sessão.

(OS. Nº 12412/97)

(Levanta-se a sessão às 16h55min.)

ATA DA 45ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1997

(Publicada no DSF, de 24 de abril de 1997)

RETIFICAÇÕES

À página nº 08356, 2ª coluna, na leitura de projeto de lei de autoria do Senador Edison Lobão,

Onde se lê:

PROJETO DO SENADO Nº 72, DE 1997

Leia-se:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 1997

.....
.....
Trechos da ata, às páginas nºs 08367 a 08369, e 08378, 1ª coluna, que se republicam por haver saído com incorreções:

**PARECER DE PLENÁRIO,
DE 23-4-97**

Em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em reexame, sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 4, 11, 20 e 65, de 1995, e 7, de 1997, e as Emendas nºs 1-PLN (Substitutivo) e 2-CCJ (Substitutivo), relativas a medidas provisórias.

Relator: Senador José Fogaça

I – Relatório

É submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101 do Regimento Interno, o substitutivo apresentado pela Comissão Especial (relator: Senador Josaphat Marinho), para as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 4, 11, 20 e 65, de 1995, que versam sobre a questão do estatuto e da prática das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal, publicado no **Diário do Senado Federal**, de 20 de junho de 1996.

A matéria vem sendo objeto de amplo debate no âmbito do Congresso Nacional, tanto sob a forma de projetos de lei como de propostas de emenda à

Constituição. O teor desse debate e sua intensa discussão, ao longo dos últimos oito anos, são amplamente conhecidos, não sendo necessário, pois, voltar a eles.

É o relatório.

II – Análise

Com respeito às escassas regras ora vigentes em decorrência do art. 62 da Lei Maior, o projeto da Comissão Especial ofereceu um avanço considerável na questão, com fundamento no qual elaborou-se um novo substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995. Esse texto toma como referência proposta da Comissão Especial 0 (Emenda de Plenário nº 1 (Substitutivo) à PEC nº 1/95) e as PEC nºs 1, 4, 11, 20, 65, de 1995.

A cura do interesse público e da governabilidade faz da medida provisória um instrumento importante, que não pode ser subestimado nem supervalorizado. A ação de governo, em um país da complexidade do Brasil e requerendo que se enfrente, diuturnamente, uma gama considerável de questões de grande diversidade, não pode ser simplesmente privada do recurso à medida provisória. Deve-se, isso sim, considerar com realismo a necessidade de rever as condições e formas de sua adoção bem assim os mecanismos de sua apreciação no Congres-

so Nacional. O papel ativo do Congresso no processo de tomada de decisão complexa, em conjunto com o Poder Executivo, no caso próprio das medidas provisórias, exige que se encontrem formas de atuação eficiente para o Parlamento, evitando-se o indesejável desvio em direção à omissão deliberativa ou ao absentismo.

Caracteriza-se o substitutivo pelos elementos seguintes:

a) estende o prazo de vigência de medida provisória para sessenta dias;

b) a apreciação de medida provisória passa a ser feita separadamente, em cada Casa.

Para que haja um sistema orgânico de tratamento de medidas provisórias no âmbito do Congresso Nacional, cabe não apenas rever os enunciados prescritivos da Constituição Federal, mas igualmente as regras internas que o Congresso se deu, revendo-se a Resolução nº 1, de 1989, de forma a adequá-la ao novo modelo. Dessarte anexa-se à conclusão deste parecer, proposta de alteração da referida resolução.

III – Voto

Nos termos das ponderações acima, enuncio meu voto:

a) pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, na forma do substitutivo abaixo constante, bem assim pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4, 11, 20 e 65, de 1995, e do substitutivo da Comissão Especial, por estarem todos suficientes e adequadamente contemplados, quando e onde coube, no substitutivo pelo qual ora se conclui;

b) pela apresentação de projeto de resolução do Congresso Nacional, regulando a nova sistemática de apreciação de medidas provisórias e revogando a Resolução nº 1, de 1989-CN.

EMENDA Nº 3

(Substitutiva em aditamento)

Altera os arts. 62, 48 e 84 da Constituição Federal.

Art. 1º Dê-se ao art. 62 da Constituição Federal a seguinte redação:

"Art. 62.

§ 1º As medidas provisórias perderão eficácia se, no prazo de noventa dias, admitida a prorrogação por igual período, não forem convertidas em lei, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes."

§ 2º O prazo inicial a que se refere o § 1º deste artigo será contado a partir da data da publicação da medida provisória.

§ 3º Ato do Presidente da República poderá prorrogar a vigência de medidas provisórias pelo prazo de noventa dias, sendo a respectiva mensagem encaminhada ao Congresso Nacional.

§ 4º É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, do todo ou parte de medida provisória que tenha sido objeto de rejeição ou tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

§ 5º Os atos praticados na vigência de medida provisória terão validade jurídica plena, salvo se o Congresso Nacional, no prazo de sessenta dias, contados da data da extinção de sua eficácia ou rejeição, promulgar decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas dela decorrentes, nos termos do § 1º.

§ 6º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, observado o critério de alternância simples.

§ 7º O Congresso Nacional adotará regime especial de tramitação e votação para as medidas provisórias, cabendo a uma comissão mista de Deputados e Senadores examiná-las e emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, em cada uma de suas Casas.

§ 8º Encerrada a votação na casa revisora, que poderá alterar o projeto de conversão apenas por via de supressões, a matéria será encaminhada, se necessário, à comissão mista para a sistematização do texto final, retornando à mesma Casa no prazo de 5 (cinco) dias, obrigatoriamente, para que o respectivo Presidente a envie à sanção presidencial.

§ 9º O voto contrário de uma das Casas importará em rejeição da matéria.

§ 10. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e crédito adicionais, ressalvado o previsto no art. 167 § 3º;

II – reservada à lei complementar;

III – de competência exclusiva do Congresso Nacional ou privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto por parte do Presidente da República;

V – que contenha dispositivos estranhos à matéria que está sendo objeto da respectiva medida provisória.

§ 11. Em caso de interrupção das atividades do Congresso Nacional, independente dos motivos que determinaram o recesso, ficará igualmente suspensa a contagem dos prazos a que se refere o parágrafo 1º.

Art. 2º As medidas provisórias publicadas até a data da promulgação desta Emenda continuam em vigor até deliberação do Congresso Nacional ou revogação pelo Presidente da República.

Art. 3º É revogado o inciso XI do art. 48 da Constituição Federal e os incisos IX e X passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48.....

IX – organização judiciária e do Ministério Público da União e do Distrito Federal;

X – criação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, inciso XXVII, alínea d.

Art. 4º É acrescentado um novo inciso ao art. 84 da Constituição, de número XXVII, renumerando o atual para XXVIII, e os incisos XXV e XXVI passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 84.....

XXV – prover os cargos públicos, na forma da lei;

XXVI – editar medidas provisórias com eficácia imediata, nos termos do art. 62;

XXVII – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização administrativa do Poder Executivo

b) transformação de cargos, empregos ou funções públicas;

c) criação, estruturação e atribuição dos Ministérios e órgãos da administração pública;

d) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos."

José Roberto Arruda – Sérgio Machado – Elcio Alvares – Carlos Patrocínio – Romeu Tuma – Hugo Napoleão – Edison Lobão – José Agripino – Freitas Neto – João Rocha – Onofre Quinan – José Bianco – Carlos Wilson – Ludio Coelho – Francelino Pereira – Geraldo Melo – Waldeck Ornelas – José Alves – Gilvam Borges – Roberto Freire – Jader Barbalho – Regina Assunção – Coutinho Jorge – Leomar Quintanilha – Carlos Bezerra – José Serra – João França.

REQUERIMENTO Nº 288, DE 1997

Nos termos do art. 312, alínea b, do Regimento Interno, requero destaque para votação em separado do art. 4º da Emenda nº 3-PLN, com aditamento.

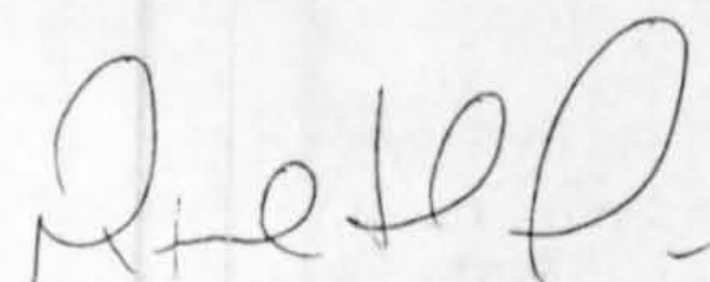
ATOS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1237, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora ELZA JOSÉ MUNIZ DE MELO, matrícula 299, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, da Subsecretaria de Taquigrafia, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



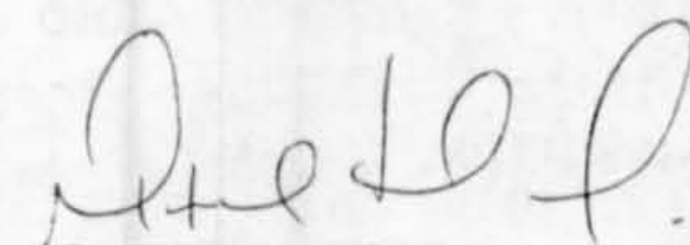
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1238, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor OTTO MAGALHÃES NETO, matrícula 2410, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 8 - Especialidade de Comunicação Social, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, da Subsecretaria de Taquigrafia, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



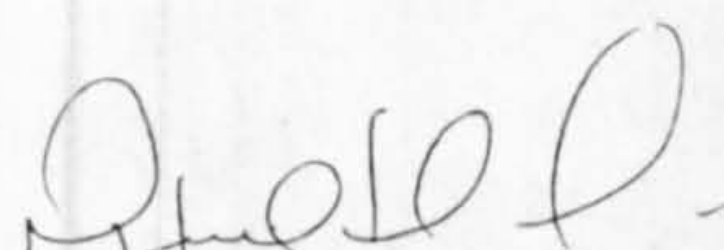
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1239, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor FRANK JOHN PHILLIPS, matrícula 941, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, da Subsecretaria de Comissões, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



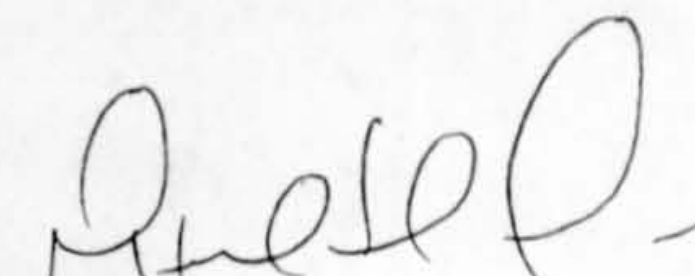
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1240, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor EDISON ALVES, matrícula 2271, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



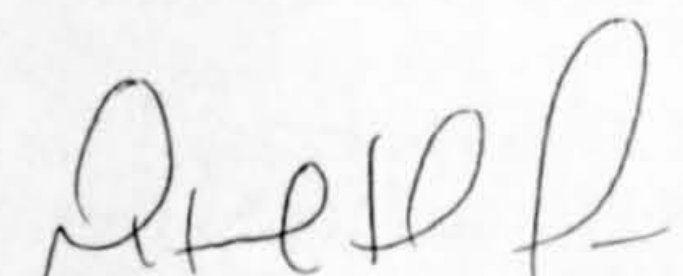
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1241, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora ALZIRA CECÍLIA DE M. LEITE, matrícula 3426, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador José Sarney.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



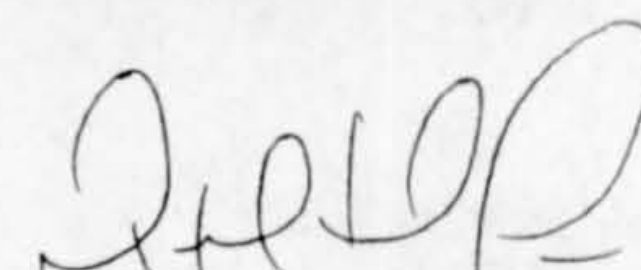
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1242, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ NÓBREGA, matrícula 855, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, da Subsecretaria de Taquigrafia, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1243, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6285/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA DO SOCORRO SILVESTRE MAIA, matrícula 1239, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 15 de abril de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 5 de maio de 1997




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1244, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6285/97-0,

RESOLVE designar a servidora MARIA DO SOCORRO SILVESTRE MAIA, matrícula 1239, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Edição, Símbolo FC-07, da Coordenação TV Senado, com efeitos financeiros a partir de 15 de abril de 1997.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1245, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6379/97-4,

RESOLVE dispensar o servidor CESAR AUGUSTO NICOLAU MORHY, matrícula 1808, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 16 de abril de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1246, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6379/97-4,

RESOLVE designar o servidor CESAR AUGUSTO NICOLAU MORHY, matrícula 1808, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 16 de abril de 1997.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1247, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6380/97-2,

RESOLVE dispensar a servidora ANDREA DE CASTRO SOUZA RÊGO, matrícula 3886, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Senadora Marina Silva, com efeitos financeiros a partir de 16 de abril de 1997, e lotá-la na Secretaria de Comunicação Social a partir da mesma data.

Senado Federal, 5 de maio de 1997




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1248, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6380/97-2,

RESOLVE designar a servidora ANDREA DE CASTRO SOUZA RÊGO, matrícula 3886, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 16 de abril de 1997.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



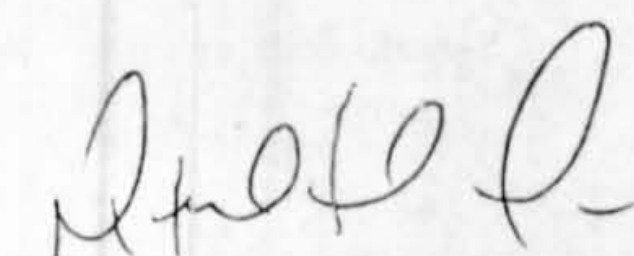
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1249, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 5752/97-3,

RESOLVE dispensar o servidor DOLIVAL MORAES PESSOA, matrícula 3277, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, da Advocacia do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 07 de abril de 1997, e lotá-lo no Gabinete do Senador Gilvan Borges a partir da mesma data.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



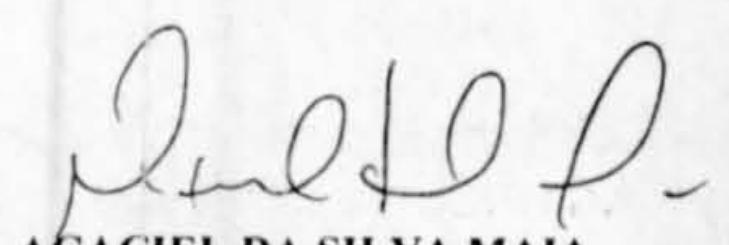
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1250, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 5752/97-3,

RESOLVE designar o servidor DOLIVAL MORAES PESSOA, matrícula 3277, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Gilvan Borges, com efeitos financeiros a partir de 07 de abril de 1997.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



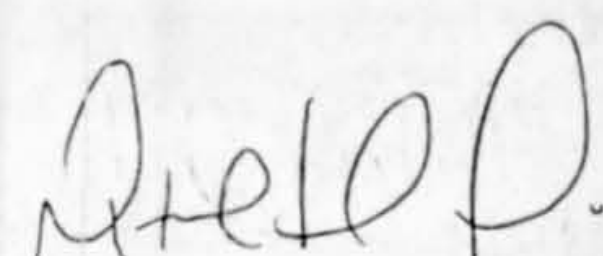
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1251, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6218/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora REGINA PEDROSA DE OLIVEIRA, matrícula 3533, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Levy Dias, com efeitos financeiros a partir de 14 de abril de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



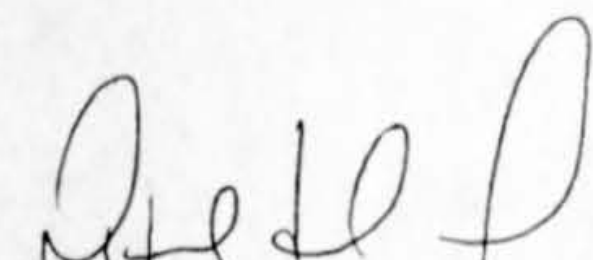
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1252, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6218/97-0,

RESOLVE designar a servidora REGINA PEDROSA DE OLIVEIRA, matrícula 3533, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Levy Dias, com efeitos financeiros a partir de 14 de abril de 1997.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



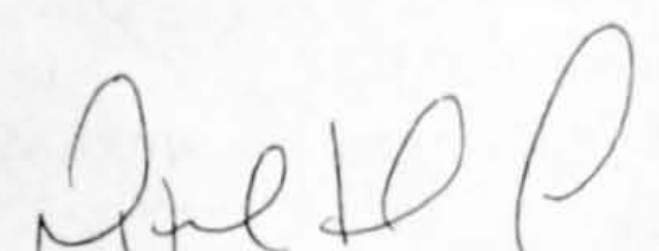
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1253, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6192/97-1,

RESOLVE designar o servidor ESPEDITO AUGUSTO CONCEIÇÃO, matrícula 1983, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Edições Técnicas, com efeitos financeiros a partir de 14 de abril de 1997.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



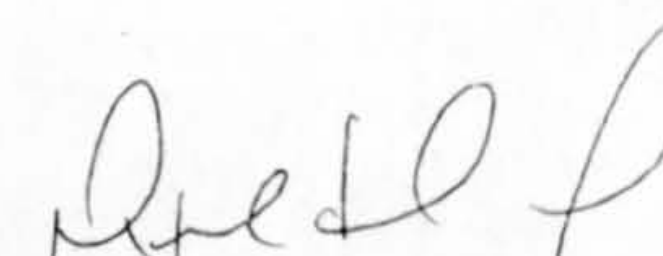
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1254, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6370/97-7,

RESOLVE designar a servidora CAROLINA DE MELLO TAVARES SILVA, matrícula 1352, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete da Quarta Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 15 de março de 1997.

Senado Federal, 5 de maio de 1997



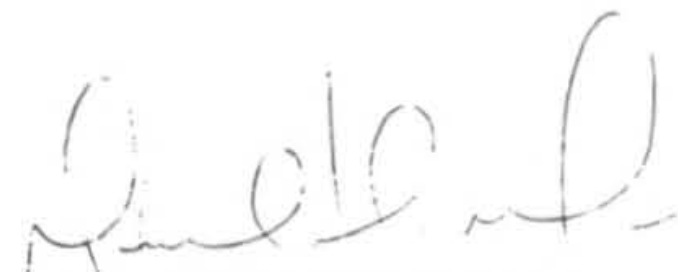
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1255, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6360/97-1,

RESOLVE designar o servidor PAULO AFONSO DE OLIVEIRA LIMA, matrícula 3489, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, para exercer a Função Comissionada de Encarregado de Divulgação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 5 de maio de 1997


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1256, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 006.699/97-9

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, RAIMUNDO NONATO CARREIRO ROCHA, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Secretaria.

Senado Federal, em 05 de maio de 1997


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1257, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

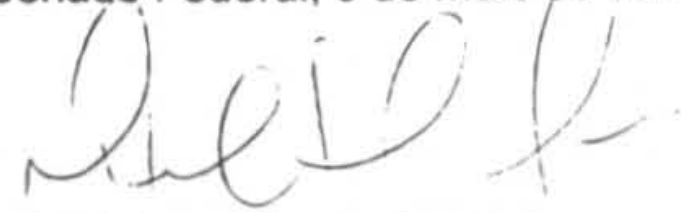
RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras MARIA DE FÁTIMA PEREIRA JAEGER, matrícula nº 3035, e MARIA CRISTINA MAIA PEREIRA MENDES, matrícula nº 5374, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 0077-1997, celebrado entre o Senado Federal e JULIETA PONTES VIANA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 5 de maio de 1997.

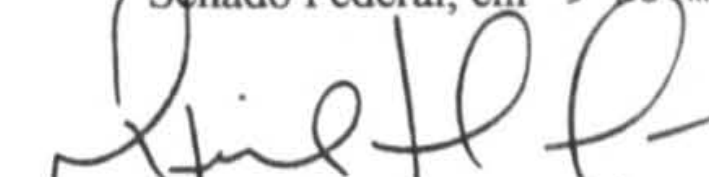

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1258, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do processo nº 006.972/97-7,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no art. 35 combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, CELMA APARECIDA MARTINS DE CARVALHO, matrícula nº 4900, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Onofre Quinan.

Senado Federal, em 5 de maio de 1997


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1259, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 006.973/97-3

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, MURILO MENDONÇA BARRA, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Onofre Quinan.

Senado Federal, em 5 de maio de 1997

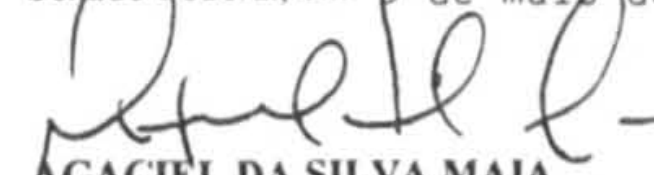

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1260, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 018.579/96-5.

RESOLVE aposentar, por invalidez, FERNANDO JOSÉ BALTAR DA ROCHA, Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento em Orçamentos, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso I, § 1º, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas no artigo 34, § 2º e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993, e no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.480-29/97, publicada em 15.04.97, com proventos integrais, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 5 de maio de 1997


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Homar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB'

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSONY ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
VAGO		7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/92
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE- 2201/02	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 08/04/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES**

PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/67
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	

PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	

PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 FAX: 311-3652

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL			
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3234/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20

PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 17/04/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO *1		7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2031/37	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

JOSÉ EDUARDO DUTRA PT	SE-2391/2397	1-ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/07
VAGO *1		2-EDUARDO SUPPLY PT	SP-3212/15
VAGO *1		3-LAURO CAMPOS PT	DF-2341/47

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37
------------------	--------------	--------------------	------------

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES**SUPLENTEs****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
------------------	------------	--------------------	--------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 03/04/97.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Marluce Pinto (1)	Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Vilson Kleinubing	PFL	Joel de Hollanda	Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
Romero Jucá		Júlio Campos		PMDB	
Lúdio Coelho	PSDB	Geraldo Melo	Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Esperidião Amin	PPB		Valdir Colatto		Rivaldo Macari
Emília Fernandes	PTB			PSDB	
Osmar Dias(2)	PP		Franco Montoro		Yeda Crusius
	PT	Benedita da Silva	Fetter Júnior(3,4)	PPB	João Pizzolatti
		Eduardo Suplicy	Dilceu Sperafico	PP	Augustinho Freitas
		Lauro Campos	Miguel Rossetto	PT	Luiz Mainardi

 1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
 2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
 4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96

SENADO
FEDERAL



SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS